

REVISTA DE GESTÃO

2021
-
2023



TRT-6ª REGIÃO
Pernambuco



EXPEDIENTE

BIÊNIO 2021/2023

PRESIDENTE

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

VICE-PRESIDENTE

Nise Pedroso Lins de Sousa

CORREGEDOR

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Eneida Melo Correia de Araújo
Gisane Barbosa de Araújo
Virgínia Malta Canavarro
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Dione Nunes Furtado da Silva
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Maria do Socorro Silva Emerenciano
Sergio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Alcantara
José Luciano Alexo da Silva
Eduardo Pugliesi
Ana Cláudia Petruccelli de Lima
Solange Moura de Andrade
Milton Gouveia da Silva Filho
Larry da Silva Oliveira Filho

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Luciano Lacerda

DIRETORA-GERAL

Erika Gusmão

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DO PLENO

Karina de Possídio

EDIÇÃO

Coordenadoria de Comunicação Social do TRT-6 (CCS)
Maria Eduarda Vaz

REDAÇÃO

Maria Eduarda Vaz - Eugenio Jerônimo
Fábio Nunes - Helen Moreira - Gutemberg Soares
Leonardo Machado - Ana Alice Barros

REVISÃO

Eugenio Jerônimo - Fábio Nunes
Maria Eduarda Vaz

FOTOGRAFIA

Elysangela Freitas - Roberta Mariz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire - Claudino Júnior



REVISTA DE GESTÃO

2021 - 2023

SUMÁRIO

05	ENTREVISTA COM A PRESIDENTE	36	CORREGEDORIA
08	CONCILIAÇÃO	37	CORREIÇÃO ORDINÁRIA
11	VICE-PRESIDÊNCIA	39	EJUD6
13	ENERGIA SOLAR	41	OUVIDORIA
15	BALCÃO VIRTUAL	42	SEGURANÇA
17	AUTOGESTÃO	44	GESTÃO DE PESSOAS
19	TRABALHO PRESENCIAL	45	MEMORIAL
21	MEDALHAS	47	TRABALHO SEGURO
23	GESTÃO ESTRATÉGICA	48	TRABALHO INFANTIL
25	STIC	51	NOTAS RÁPIDAS
27	PJe	53	CCS
29	SOCIOAMBIENTAL	54	SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA
33	SAÚDE		

ENTREVISTA COM A PRESIDENTE



1. É preciso começar perguntando sobre o desafio de estar à frente da Presidência do TRT-6 em meio a uma pandemia. Quais os aprendizados tirados dessa experiência e o que a senhora levará para a vida?

Quando eu assumi, a pandemia já estava instalada e as medidas de fechamento já haviam sido tomadas pelo desembargador Valdir

Carvalho, o presidente à época. O meu desafio foi diferente do dele; exatamente o inverso: eu precisei trabalhar pela reabertura presencial do nosso Regional. Tivemos de sair da cultura do *home office*, com que todos já estavam adaptados, e lidar com o medo da volta à rotina, em razão do pânico em torno da Covid. Emitimos muitos atos e resoluções, até alcançarmos a abertura

A desembargadora Maria Clara Saboya iniciou a gestão à frente da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região com o desafio de retomar as atividades presenciais. Ao longo do biênio 2021/2023, implantou iniciativas inovadoras e conseguiu imprimir uma imagem dinâmica da Justiça do Trabalho pernambucana em todo o país. Ela conversou com a Revista de Gestão e abordou os destaques da sua administração.

total. Vale ressaltar que as decisões tomadas estavam vinculadas aos decretos do Governo do Estado, em parceria com o nosso Núcleo de Saúde, sempre prezando pela segurança de todos.

2. Os recursos tecnológicos foram importantes aliados para o funcionamento do TRT-6 durante o isolamento social. Qual é a sua avaliação desse processo de modernização e qual a importância dele para a JT?

É um caminho sem volta. Com certeza, essa parceria da tecnologia com o Judiciário chegou para ficar. E, se pararmos para analisar, a pandemia acelerou um processo de modernização que duraria cinco, ou talvez 10 anos, e fez tudo acontecer em meses. A rapidez com que a área de Tecnologia da Informação desenvolveu e implantou as ferramentas foi impressionante. Isso permitiu que a Justiça do Trabalho funcionasse mesmo no auge

do contágio, mantendo a prestação jurisdicional e garantindo o atendimento de todos. Bons exemplos disso são o Balcão Virtual, o Juízo 100% Digital e os robôs de Inteligência Artificial, que vieram facilitar a execução de muitas atividades e, mesmo com o retorno presencial, todo esse avanço continuou sendo útil para economizar recursos, diminuir distâncias e acelerar e otimizar o trabalho realizado.

3. Sua trajetória no TRT-6 é longa e de muito serviço prestado. Já são quase 40 anos de casa, sendo 4 como servidora e 35 como magistrada. Em uma vida dedicada ao judiciário Trabalhista, como a passagem pela Presidência mudou a sua visão da Corte?

Eu iria além. Diria que as minhas passagens não só pela Presidência, mas também pela Corregedoria, entre 2019 e 2021, transformaram a forma de enxergar toda a Corte, valorizando ainda mais a importância de ter uma 1ª Instância fortalecida. Com certeza, hoje eu vejo tudo de maneira ainda mais humana e social. Estar na administração, certamente, é uma missão que eu cumpro visando melhorar a qualidade do nosso Tribunal para o jurisdicionado.

4. Agora vamos falar um pouco sobre temas de destaque na sua gestão. Um deles é conciliação. O TRT-6 focou e conseguiu resultados notáveis nos últimos anos. Hoje, está

entre os Regionais que mais conciliam no Brasil. De alguma forma, a senhora acredita que, ao longo do tempo, essa cultura do acordo pode mudar a concepção daquela disputa judicial com rivalidade?

A Justiça do Trabalho iniciou a sua história como Junta de Conciliação e Julgamento e isso já diz muito. Com o passar do tempo, o foco passou a ser, de fato, o julgamento. Estamos resgatando essa cultura, seguindo as diretrizes do CSJT, o que tem causado uma revolução no cenário nacional. O incentivo para a criação dos Cejuscs foi fundamental para que voltássemos a resgatar a nossa essência. E é bem mais abrangente do que um mero acordo. Os mediadores são formados com treinamentos, inclusive, da área da psicologia. É importante destacar que os bons frutos também se devem ao incentivo da desembargadora Nise, que usou a conciliação até para os processos de precatórios dos municípios e obteve resultados maravilhosos.

5. E quanto ao uso de energia limpa? Na sua gestão, o TRT-6 deu um impulso à implantação de placas de energia solar. Os benefícios ambientais e a economia são enormes. Qual o sentimento por saber que intensificou uma ação tão importante para o Regional e para o mundo?

Essa é uma iniciativa que eu vou lembrar sempre com muito orgu-

lho. De fato, fizemos um grande esforço para avançarmos nas instalações, sempre pensando no benefício para toda a sociedade. Afinal, o cidadão que paga seus impostos está observando a utilização dos recursos de forma mais eficiente. Destaco que o mundo também está ganhando na questão ambiental. Aproveitamos o incentivo do CSJT e, hoje, nós produzimos cerca de 40% da energia que consumimos. Isso nos rendeu 25% de redução de custos em conta de energia, mesmo em uma fase com aumento de tarifas em todo o país.

6. Em tempos de cortes de gastos, uma administração de qualidade deve focar em utilizar os recursos de forma estratégica. Esse foi um dos focos da sua gestão. É importante destacar os imóveis que foram devolvidos. Fale um pouco sobre esse processo.

Sempre busquei implantar iniciativas inovadoras, que rendessem bons frutos. E esse é um ótimo exemplo. Fizemos uma análise da demanda processual e identificamos a possibilidade de uma melhor distribuição das nossas Varas. Transferimos VTs de Palmares para Olinda; de Ribeirão para Recife e de Ipojuca para Jaboatão dos Guararapes - este último com o inédito compartilhamento de secretarias. Essa atitude permitiu que encerrássemos contratos de imóveis alugados em Palmares, Ribeirão e dois em Ipojuca. Além disso, devolvemos à União

prédios em Sertânia, Floresta e no Recife - onde funcionava o Memorial, no bairro de Boa Viagem. Com isso, reduzimos as despesas e demos mais visibilidade ao museu, que agora funciona no mesmo local da EJud-6. É importante frisar que tudo foi estudado e não deixou nenhum prejuízo para o público.

7. Os momentos de crise são inevitáveis. No final de 2022, a necessidade de interdição do Fórum do Recife mexeu com o planejamento da administração. No entanto, uma solução foi rapidamente colocada em prática e, em menos de dois meses, as audiências já tinham locais para acontecer. Pensar soluções inovadoras é, cada vez mais, fundamental para dinamizar e manter o ritmo célere da JT?

Eu procuro ser dinâmica em tudo que faço. Acredito que, junto com a equipe que estive ao meu lado, conseguimos imprimir essa imagem no dia a dia. No caso da interdição do Fórum do Recife, fomos pegos de surpresa com um laudo que apontava risco estrutural e agimos rapidamente para resguardar a segurança de todos. Foi um transtorno, atingindo o imóvel que abrigava o maior número de Varas de todo o estado, e nos fez correr para achar uma solução. Provisoriamente, elas estão funcionando no nosso edifício-sede, em um esquema de rodízio, mas que tem atendido bem às partes. O nosso objetivo foi

a continuidade do serviço prestado e ele foi alcançado, com certeza.

“ Estar na administração, certamente, é uma missão que eu cumpro visando melhorar a qualidade do nosso Tribunal para o jurisdicionado. ”

DESEMBARGADORA
MARIA CLARA SABOYA

8. Um componente fundamental para a Justiça Trabalhista é, sem dúvida, o magistrado e o servidor. Como a senhora classifica o corpo funcional do TRT-6 e qual a mensagem que deixa para todos que o integram?

Sem os servidores e magistrados que compõem o Tribunal, eu não teria feito nada. Deixo o meu agradecimento a todos que me apoiaram e me apoiam há tantos anos. Valorizo muito o esforço de todos para que tudo dê certo. É nítido que eles vestem a camisa, realmente, e fazem do nosso Regional um destaque nacional. Minha passagem pela Presidência se tornou mais rica graças a eles.

9. Com o fim da atuação na Presidência, quais os desafios que a senhora espera encontrar à frente da Ouvidoria, entre 2023 e 2025?

Pretendo dar continuidade ao excelente trabalho desenvolvido pelo desembargador Fábio Farias, focando sempre no viés conciliatório. É fundamental dar atenção a todas as informações que chegam nos canais da Ouvidoria. E com a bagagem que eu carrego da Corregedoria e da Presidência, além dos anos como juíza e desembargadora, espero poder contribuir ainda mais.

10. Concluindo a entrevista, a magistrada refletiu sobre sua trajetória, que desde cedo se liga à instituição, e deixou uma mensagem aos seus familiares.

Minha história é misturada com a Justiça do Trabalho. Quase todos os capítulos da minha vida pessoal, desde a infância, estão atrelados a fatos da minha trajetória no Regional. E a família foi fundamental em todos esses anos, para que eu cumprisse essa missão. Começando pelos meus filhos, que dividiram a mãe com o trabalho desde sempre e cresceram em meio aos processos. Também não posso deixar de mencionar a minha tia, Maria de Lourdes Cabral de Melo, que foi presidente do TRT-6, e o meu avô Paulo Cabral de Melo - que também comandou esta Corte. Todos eles me fizeram quem sou hoje.

CONCILIAÇÃO

TRT-6 empenha esforços e fica entre os maiores conciliadores do Brasil



Inauguração de novos Cejuscs fez do TRT-6 um dos regionais com mais Centros de Conciliação do Brasil, impulsionando a solução negociada entre as partes

No biênio 2021/2023, a conciliação ampliou ainda mais o protagonismo na Justiça do Trabalho. E os esforços nesse sentido trouxeram resultados de projeção nacional.

Ainda em 2021, a então presidente, desembargadora Maria Clara Saboya, inaugurou dois Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas: os Cejuscs de Goiana e Caruaru. Eles se somaram aos Centros de Conciliação do 2º Grau, Recife, Olinda, Jaboatão, Igarassu e Petrolina, totalizando oito unidades. Isso fez do TRT-6 um

dos Regionais com mais Centros de Conciliação no país.

Essas inaugurações já demonstravam a relevância que o tema teria, já que os Cejuscs fornecem toda a estrutura para incentivar, promover, sistematizar e realizar as atividades conciliatórias. A chamada “conciliação qualificada” sempre foi prioridade na Justiça do Trabalho, e não ocorreu de modo diferente no biênio 2021/2023. As negociações continuaram sendo realizadas por equipe com preparo especializado e buscando a pacifi-

cação social, desafogando a quantidade de processos e trazendo maior eficácia na solução de litígios.

Durante a gestão, a presidente contou com o apoio da então vice-presidente, desembargadora Nise Pedroso. Ela esteve à frente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec), responsável pelo desenvolvimento da política judiciária de tratamento adequado de disputas de interesses.

O esforço de ambas levou o TRT da 6ª Região a lugar de destaque nacional. De acordo com o Relatório Justiça em Números 2022 (ano-base 2021), do CNJ, o TRT pernambucano teve o maior percentual de conciliações entre todos os tribunais do Brasil, em processos nas fases de conhecimento e execução do 1º grau, em 2021. Quase metade dessas lides (47%) tiveram soluções negociadas entre as partes.

Muitas ações podem ser apontadas como fundamentais para os bons resultados, como a oferta anual de Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Conciliadores e Media-



dores Judiciais, a própria ampliação de Cejuscs e o aperfeiçoamento do portal de conciliação.

A desembargadora ressaltou, na época, que “o expressivo resultado se deve a um somatório de fatores, entre os quais a adequação e ampliação tanto de estrutura física quanto de pessoal”. Houve, ainda, a elaboração e aperfeiçoamento das ferramentas para coleta de dados estatísticos. Isso permitiu um acompanhamento mais próximo dos resultados, de modo a replicar boas práticas e desenvolver habilidades, além, claro, do engajamento dos colaboradores das equipes dos Cejuscs.

2º GRAU E SEMANAS DA CONCILIAÇÃO

O Cejusc de 2º Grau também teve um bom desempenho. Exemplo disso foram os resultados da 17ª

Semana Nacional de Conciliação, realizada entre os dias 7 e 11 de novembro de 2022. Apenas nesses dias, o Centro, coordenado pela desembargadora Solange Moura de Andrade, realizou acordos que somaram mais de R\$ 965 mil.

Já durante a 6ª Semana Nacional de Conciliação Trabalhista, que aconteceu entre 23 e 27 de maio de 2022, a tônica foi a de buscar chegar mais próximo à sociedade para disseminar a cultura da conciliação. E o futebol foi escolhido para essa aproximação. Durante jogos dos três times da capital pernambucana, uma faixa foi exibida para as torcidas: “Tem processo trabalhista? A conciliação é uma grande jogada para você”, dizia o material. A exibição aconteceu, inclusive, na final do campeonato pernambucano e também em jogos do Campeonato Brasileiro das

Presença em jogos do Campeonato Pernambucano e até do Brasileiro de Futebol ajudou a disseminar a cultura da solução negociada e incentivar a resolução pacífica de conflitos

séries B e D, nos quais as equipes locais disputavam. Houve, ainda, divulgação na Rádio Jornal.

E, reforçando a projeção nacional do TRT-6, essa edição da Semana de Conciliação Trabalhista teve a cerimônia de encerramento realizada na Sala do Pleno, na sede do Tribunal (Cais do Apolo, Bairro do Recife), com transmissão ao vivo para todo o Brasil. A solenidade contou com a participação do ministro do TST e integrante da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação Breno Medeiros.

As semanas de conciliação, tanto a nacional como a trabalhista, acontecem anualmente. Ao longo do período de realização dos eventos, as oito unidades dos Centros de Conciliação, com a coordenação do Nupemec, realizam audiências presenciais e telepresenciais para otimização do número de acordos nos processos do trabalho.

CONCILIAÇÃO SEMPRE

Mesmo fora dos tempos de mutirões, a conciliação é facilitada



Novas ferramentas viabilizaram conciliações durante o distanciamento social

no TRT pernambucano. A gestão 2021/2023 buscou ampliar as ferramentas disponíveis para as tentativas de negociação. Tudo tentando tornar as coisas mais céleres e práticas para quem busca a solução de seus litígios. Atualmente, para incluir um processo em pauta, basta buscar a vara do trabalho onde ele tramita ou entrar em contato com o Cejusc da região. É possível usar o e-mail, Balcão Virtual, Petição Conjunta, formulário virtual, telefone ou mesmo por atendimento presencial.

O Portal da Conciliação do TRT-6 também foi atualizado. Agora, os oito Centros contam com endereços eletrônicos próprios, onde estão consolidadas as informações mais importantes de cada unidade, trazendo como principal inovação a disponibilização de links de acesso permanente às salas e pautas virtuais de audiências. Permanecem ainda no portal, de maneira reestruturada, informações

importantes sobre a possibilidade de acordo na Justiça do Trabalho de Pernambuco, todos os canais de atendimento e formulários virtuais para solicitar o agendamento de uma audiência de conciliação.

A variedade de meios para se conduzir um processo conciliatório foi fundamental para a manutenção das atividades dos Cejuscs em tempos de pandemia. Com as ferramentas remotas implementadas, tornou-se possível desenvolver todas as etapas de um processo para viabilizar acordos. Desde o pedido para a negociação, passando pela audiência por videoconferência e a formalização do acordo, tudo passou a poder acontecer de modo digital.

Por fim, vale lembrar que a ação trabalhista pode ser objeto da conciliação em qualquer fase de tramitação. Na verdade, nem precisa haver um processo em andamento para que o TRT-6 possa atuar como mediador. Em agosto de

2021, foi regulamentando o procedimento para solicitação de designação de audiências de mediação e conciliação pré-processual (RPP) nos Cejuscs de 1º Grau. O novo instrumento busca estabelecer o consenso entre as partes no âmbito do Poder Judiciário sem o ajuizamento da ação.

RECONHECIMENTO

De tanto esforço em prol da conciliação, veio o reconhecimento. Quando apresentou os resultados da correição ordinária realizada no TRT-6, no ano de 2022, o ministro Guilherme Caputo Bastos, à época corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ressaltou o ótimo desempenho do Tribunal com relação aos números da conciliação. A adoção de uma política de conciliação cada vez mais presente entre as partes foi alvo de elogios, uma vez que a taxa de conciliação líquida ficou acima da média nacional. O ministro registrou a importância de iniciativas inovadoras como o “Conciliação a Qualquer Tempo” e o portal “Quero Conciliar”.



Aponte a câmera do celular e veja o vídeo sobre a conciliação

VICE-PRESIDÊNCIA

Recurso de Revista com maior produtividade e redução do prazo de apreciação



Reuniões para negociar precatórios com prefeituras e outras entidades públicas chegou a acordos para pagamento de créditos trabalhistas, encerrando diversas ações

Recursos de Revista tiveram aumento do percentual de produtividade e redução do prazo médio de apreciação. A Vice-Presidência ainda engajou trabalho com prefeituras para pagamento de precatórios.

A Vice-Presidência do TRT-6, no biênio 2021/2023, ficou sob o comando da desembargadora Nise

Pedroso. Ela e sua equipe se empenharam para que as demandas do setor fossem desenvolvidas do modo mais célere e com máxima efetividade para os cidadãos.

No TRT-6, a Vice-Presidência tem como atribuição exercer o juízo de admissibilidade nos recursos interpostos dos acórdãos proferidos pelas Turmas e admitir

Recursos de Revista representativos da controvérsia para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Além disso, acumula o exercício das funções da Presidência e da Corregedoria, nos períodos de afastamento dos respectivos titulares.

Também é responsabilidade da Vice-Presidência designar e pre-

sidir as audiências iniciais de conciliação e instrução dos dissídios coletivos, apreciando, se for o caso, medida liminar. Para executar essas e outras atribuições, a Vice-Presidência conta com o apoio de unidades subordinadas.

O Núcleo de Precatórios é uma dessas unidades. Ele é o responsável pela gestão dos precatórios judiciais devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, suas autarquias e fundações e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. E uma das atividades nas quais o Núcleo mais se engajou em 2021/2023 foi as reuniões com as prefeituras do estado para negociar o pagamento de precatórios, tanto aqueles com os prazos vencidos como aqueles com prazos a vencer. As reuniões aconteciam no edifício-sede ou mesmo remotamente.

Nas audiências, as propostas de pagamento eram apresentadas e examinadas para que as ações

fossem encerradas com a pac-tuação de proposta consensual construída pelas partes. Mais de 15 municípios e ainda o Consórcio Público Intermunicipal do Agreste Pernambucano e Fronteiras (Coniape) fecharam acordos nessas negociações.

Já a Secretaria da Vice-Presidência e a Assessoria Jurídica, outras duas unidades subordinadas, são as responsáveis por elaborar sugestões de decisões de admissibilidade dos Recursos de Revista, Agravos de Instrumento em Recursos de Revista e de Embargos de Declaração.

E com relação ao andamento dos Recursos de Revista, houve um aumento percentual de produtividade. Em 2020, foram apreciados 90,48% dos Recursos de Revista interpostos e, em 2021, 110,68%. Já confrontando os resultados de 2021 e 2022, constatou-se um aumento de 10,26% no número de recursos apreciados, uma vez que, em 2021, apreciaram-se 11.373

Recursos de Revista e, em 2022, foram apreciados 12.540.

No que diz respeito ao prazo médio de apreciação da admissibilidade do Recurso de Revista (da chegada do processo na Secretaria até a prolação da decisão de admissibilidade), houve redução de 57,2 dias no ano de 2020 (de 1º/1/2020 a 31/12/2020) para 25,41 dias no ano de 2022 (de 1º/1/2022 a 31/12/2022) e, especialmente no mês de novembro de 2022 (de 1º/11/2022 a 30/11/2022) - mês anterior ao recesso forense -, o prazo médio foi de 16,09 dias.

Compõem ainda a estrutura da Vice-Presidência o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec), o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) e o Núcleo de Recursos. Cada um deles participou ativamente para os resultados exitosos da Vice-Presidência no biênio 2021/2023.



Vice-presidência atuou em dissídios coletivos para solucionar conflitos

ENERGIA SOLAR

Investimento do TRT-6 em energia solar traz ganhos financeiros e ambientais



Com impulso em 2022 o TRT-6 deve alcançar, nos próximos anos, a produção de quase toda a energia que consome, usando a matriz solar

A administração da desembargadora Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino na presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, durante o biênio 2021/2023, elegeu entre suas bandeiras institucionais a racionalização dos recursos financeiros e a sustentabilidade. Tomando por referência essas duas perspectivas, a magistrada impulsionou o projeto da geração de energia fotovoltaica no TRT-6.

Com o impulso dado em 2022, o Tribunal entrou em 2023 produzindo 40% de toda a energia elétrica que consome. E a previsão é de que

chegue ao final deste ano atingindo os cem por cento. Já foram investidos mais de R\$ 1 milhão, desde 2021, quando teve início a implantação do projeto. Trinta meses é o prazo do chamado retorno do investimento, ou seja, o período a partir do qual o dinheiro gasto começa a valer a pena, considerando apenas a questão contábil.

Durante o ano de 2022, as placas de captação da energia solar foram instaladas nas varas de Caruaru, Garanhuns, Nazaré da Mata, Pesqueira, Petrolina, Limoeiro, Vitória de Santo Antão (VT e Arquivo-Ge-

ral), Barreiros, Carpina, Ipojuca, Palmares, Paulista, Ribeirão e edifício-sede do Regional. De acordo com o cronograma, em 2023 vão ser beneficiadas as varas do Cabo, Igarassu, Goiana, Olinda e, no Recife, a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Escola Judicial.

Tratada como uma das metas centrais da administração da presidente do TRT-6, desembargadora Maria Clara Saboya, a geração de energia solar traz muitos ganhos. A magistrada sublinha dois desses benefícios: “Como ela é uma fonte de energia limpa e renovável, contribui muito com a questão climática. Além disso, a redução dos custos para os cofres públicos é enorme”. “A energia solar foi uma ideia brilhante, iniciada aqui com o desembargador Valdir Carvalho”, lembrou a presidente. O processo de implantação da energia solar no Regional teve início na gestão do desembargador Valdir Carvalho, que presidiu o Tribunal de 2019 a 2021. Em janeiro desse ano foram instaladas as células fotovoltaicas nas varas do Sertão de Pernambuco, beneficiando os fóruns de Aripina, Salgueiro e Serra Talhada.

Para a coordenadora de Planejamento Físico (CPLAN) do TRT-6, Ana Luiza Marinho, o desafio do setor, ao qual cabe gerenciar o pro-

jeto, foi relacionar dentre os imóveis do Tribunal aqueles adequados para receberem as células fotovoltaicas. No estudo e mapeamento foram deixados de lado os prédios locados e aqueles que por suas características não são propícios à instalação dos painéis.

Ao mesmo tempo, a CPLAN deu andamento aos processos licitatórios e estabeleceu um calendário que possibilitasse a efetiva fiscalização das obras. Ana Luiza destaca o compromisso de todos os integrantes de sua equipe e a dedicação de Durval Soares, engenheiro elétrico da unidade. Sem o empenho dos servidores, reconhece a coordenadora, a execução de um projeto desse nível de complexidade e num espaço de tempo muito curto e por uma equipe relativamente pequena não teria sido viável.

ENTENDA A ECONOMIA

Uma maneira bem explicativa de compreender o tamanho da eco-

nomia que o TRT-6 já está obtendo com a implantação do sistema é comparar a despesa geral de energia de um mês anterior com um posterior à implantação da captação fotovoltaica. Em novembro de 2021 ainda sem a produção de energia solar, observa-se que o Regional pagou R\$ 316.433,97 de energia elétrica. Já em novembro de 2022 – com o sistema implantado –, a despesa caiu para R\$ 237.791,72.

Isso representa uma economia de cerca de R\$ 80 mil, o que corresponde a 25% de redução dos gastos. Os números são ainda mais impressionantes porque, durante esse tempo, houve um aumento de 18,97% nas tarifas cobradas pela companhia fornecedora de energia elétrica. Computando-se apenas os valores das contas de luz das unidades em que já estão instaladas as placas solares, o número é ainda mais impactante. Claro exemplo é o do Fórum de Petrolina. A última conta antes

da instalação, abril de 2022, foi de R\$ 7.055,08. Já com a produção de energia solar, em setembro de 2022, a fatura caiu para R\$ 92,84, uma diminuição de gastos de 98,7%.

ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS DA ONU

O programa de geração de energia implantado pelo TRT-6 está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas, que integram a Agenda 2030 da entidade. O Regional, com o projeto de energia solar, alinha-se especificamente ao Objetivo 7: “Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.”

A ONU observa que “Atender às necessidades da economia e proteger o meio ambiente é um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável”. O programa de geração de energia solar do TRT-6 contribui para o êxito da superação do problema apontado.



FÓRUM DE PETROLINA ANTES



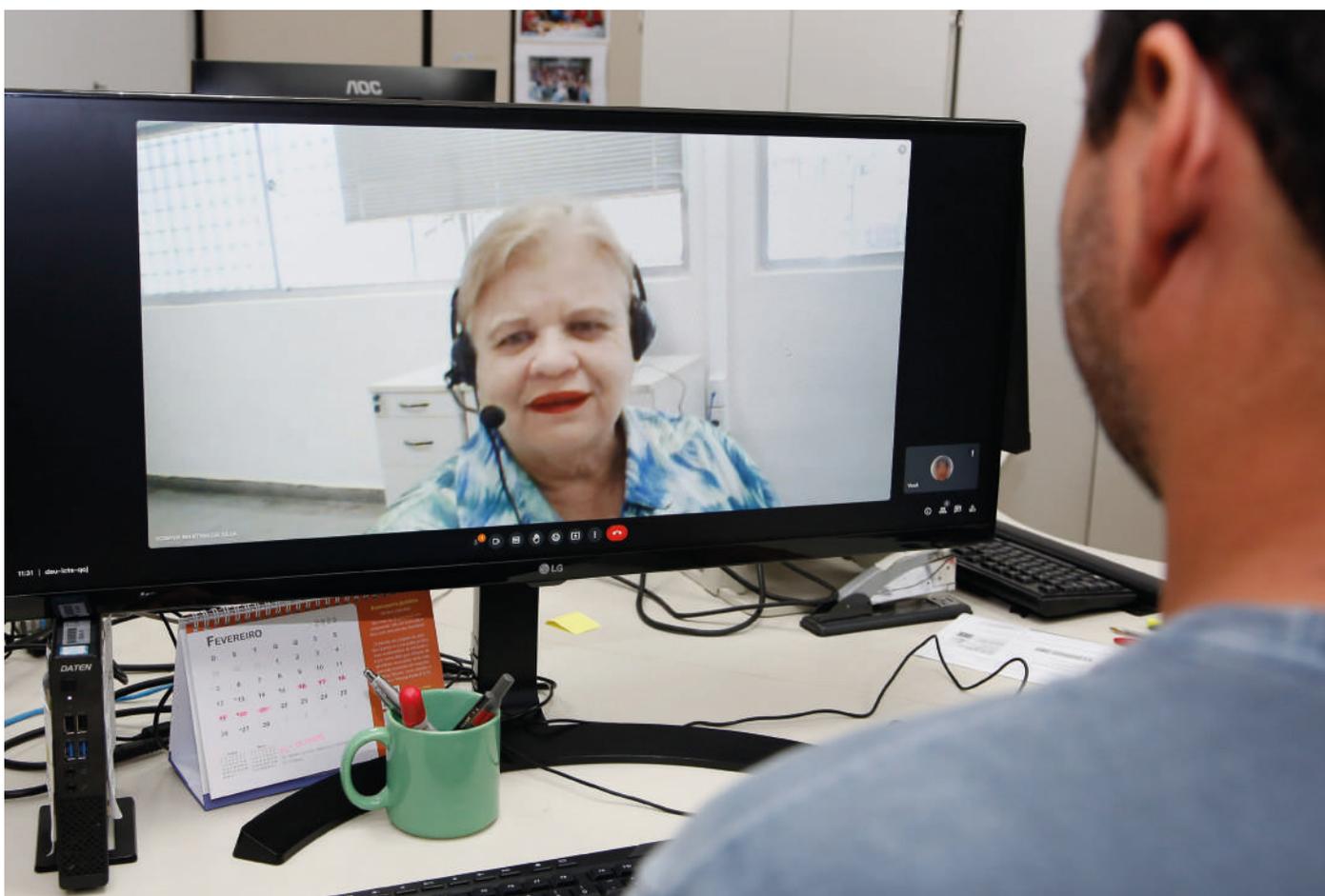
FÓRUM DE PETROLINA DEPOIS



Aponte a câmera do celular e veja o vídeo sobre energia solar no TRT-6

BALCÃO VIRTUAL

Balcão Virtual do TRT-6 é sinônimo de qualidade de atendimento



Ferramenta chega aos dois anos de funcionamento encurtando distâncias e mostrando uma Justiça Trabalhista acessível e eficiente

O Balcão Virtual, ferramenta que disponibiliza teleatendimento em tempo real entre as partes envolvidas em processos trabalhistas e o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, chega aos dois anos de funcionamento com selo de excelência. Já são mais de 350 mil aces-

sos na página da plataforma, que chegou para somar e já está solidificada no dia a dia do Judiciário Trabalhista pernambucano.

A experiência é similar àquela do balcão físico, isto é, o cidadão consegue conversar frente a frente com

um servidor do TRT-6, como nos balcões das varas. A diferença é que isso é feito via internet.

A plataforma está disponível nas 71 Varas do Trabalho; nos gabinetes dos desembargadores; na Ouvidoria; nos Centros Judiciários de

Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs) de 1º e 2º Grau; na secretaria do Pleno e das 1ª e 2ª Seções Especializadas; nas secretarias das Turmas e no Arquivo-Geral, sempre dentro do horário vigente de atendimento ao público.

De acordo com a desembargadora Maria Clara Saboya, presidente responsável pela implantação da funcionalidade, todo esse sucesso mostra como a Justiça do Trabalho tem se modernizado. “Na 6ª Região, temos uma preocupação diária com a qualidade do serviço prestado para o usuário. E o Balcão Virtual é a prova de que estamos acompanhando as necessidades da sociedade, prezando sempre por um atendimento eficiente e acessível”, comenta.

Servidora há 32 anos, Soraya Martins atua na 1ª VT de Petrolina e é uma das responsáveis pelo atendimento através da plataforma. “O uso dessa tecnologia aproximou muito a JT do cidadão que precisa de nós. No dia a dia, vemos que ela tem substituído outros meios de contato, como o presencial e o telefônico, e tem acelerado o nosso prazo de retorno”, frisa.

É importante salientar que a ferramenta não substitui o sistema de peticionamento dos modelos de processo eletrônico adotados pelo Tribunal. Dessa forma, não pode ser usado para o protocolo de petições.

“

Na 6ª Região, temos uma preocupação diária com a qualidade do serviço prestado para o usuário. E o Balcão Virtual é a prova de que estamos acompanhando as necessidades da sociedade, prezando sempre por um atendimento eficiente e acessível.

”

DESEMBARGADORA MARIA CLARA SABOYA

Essa é mais uma opção de contato da população com o TRT-6, além do atendimento presencial e telefones, cuja listagem está disponível no menu “Contato” do portal do TRT6.

O advogado Rafael Patu é usuário assíduo da ferramenta e acredita que o TRT da 6ª Região vem dando aula com o Balcão Virtual. Para ele, “o atendimento pronto e eficaz são as marcas mais importantes que precisam ser destacadas. Uma menção honrosa precisa ser feita também aos servidores, sempre preocupados e por dentro das demandas que tramitam em suas Varas, facilitando demais o andamento dos processos”, afirma.

Para utilizar o Balcão Virtual, implantado no TRT-6 pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, o usuário deve acessar o site do Regional, localizar a aba “Contato”, no canto superior direito

da tela, e clicar em “Balcão Virtual”. Do lado direito, ele encontrará o ícone do Balcão Virtual e poderá clicar para ser direcionado à sala virtual da unidade. Para mais informações sobre como utilizar o Balcão Virtual, acesse o vídeo tutorial disponível no portal do TRT-6.

A implantação atende à Resolução 372/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, no Regional pernambucano, foi regulamentada pelo Ato nº 142/2021.



Aponte a câmera do celular e acesse o Balcão Virtual

AUTOGESTÃO EM SAÚDE

TRT6 Saúde caminha para o quarto ano ampliando oferta de serviços aos usuários



O TRT6 Saúde e a EJUD-6 promoveram, em setembro de 2022, o "I Seminário Pernambucano das Autogestões em Saúde"

Durante o período de 2021 a 2023, o TRT6 Saúde deu continuidade ao trabalho de ampliação da rede credenciada, tendo acrescentado mais 42 novos prestadores de serviços. Dentre eles, hospitais oftalmológicos, clínicas especializadas no tratamento do transtorno global do desenvolvimento e centros especializados em oncologia, além de cooperativas médicas.

Com o princípio de saúde integral, a autogestão concretizou uma importante ação. Trata-se da ampliação da parceria com a Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed Saúde, o que

tornou possível a oferta de assistência odontológica para todos os beneficiários do programa, sem a cobrança de coparticipação e sem qualquer aumento nas mensalidades.

Pensando na viabilidade econômica do plano, a Autogestão em Saúde promoveu duas campanhas de estímulo a novas adesões, com garantia de isenção de carência para os magistrados e servidores que aderissem ao programa. A primeira das campanhas foi realizada no início de 2022 e a segunda começou em fevereiro de 2023.

Enquanto segue para quatro anos de existência, a Autogestão em Saúde

do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região já consolidou o TRT6 Saúde como um plano vantajoso para os usuários, considerando-se a relação custo x benefício. Após a implantação em 2019, a progressiva ampliação, passando da oferta de rede médico-hospitalar conveniada com a Unimed e a Camed, para a disponibilização, a partir de 2020, também de rede própria, o modelo de autogestão começou 2023 com lançamento da Clínica de Atenção Primária em Saúde.

Novo serviço oferecido aos usuários do plano, a Atenção Primária em Saúde, que é uma parceria entre o TRT-6 e a empresa Qualirede, sem pagamento de coparticipação, está disponível desde janeiro de 2023, com profissionais de diversas áreas. A modalidade tem como meta a integração entre os procedimentos de prevenção, diagnóstico e tratamento para restabelecimento da saúde.

Na apresentação do novo serviço, dia 26 de janeiro, no edifício-sede do Regional, durante feira de saúde, a presidente do TRT-6, desembargadora Maria Clara Saboya, enalteceu a iniciativa. "Autogestão em Saúde está sempre buscando melhorar

o atendimento. Esta nova meta é muito benéfica para a prevenção de doenças e também para a economia, porque não haverá cobrança de coparticipação nas consultas e procedimentos feitos pela clínica”, ressaltou a desembargadora.

No evento, magistrados e servidores puderam tirar dúvidas sobre o funcionamento da Atenção Primária em Saúde, modelo bastante comum na Europa e que, no Brasil, é comumente associado à figura do médico da família – profissional que acompanha o paciente ao longo de muitos anos, conhecendo, por isso, seu histórico, os remédios, os hábitos de vida, as vacinas.

A Clínica de Atenção Primária em Saúde baseia-se nessa concepção e reúne uma equipe composta por médicos da família, enfermeira, técnica em enfermagem, nutricionista, psicóloga e recepcionista que irão proporcionar um cuidado abrangente e interdisciplinar em saúde. O serviço será oferecido pela Qualirede, empresa que tem 14 anos no mercado, atuando com clínicas no Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro e, agora, está chegando ao Recife, no endereço: Rua General Joaquim Inácio, 850, Paissandu.

Diretor da Secretaria de Autogestão em Saúde, Renato Pinto explicou que a cultura excessiva da especialização cada vez maior dos profissionais trouxe uma visão fragmentada da saúde. “Uma dor muscular

pode ter origem emocional, mas se o paciente procurar um ortopedista, isso dificilmente será diagnosticado e tratado adequadamente”, exemplificou. A Atenção Primária em Saúde (APS) visa contribuir para o atendimento individualizado, abrangente e longo, evitando que os pacientes sintam-se numa espécie de “linha de produção” ao ir para uma consulta ou atendimento, dada a forma mecânica e breve da consulta.

OUTUBRO ROSA

Em parceria com o Núcleo de Saúde do TRT-6, a Autogestão em Saúde realizou as ações do evento voltado ao combate do câncer de mama, o Outubro Rosa, nos últimos dois anos. Em 2021, a campanha teve a culminância no dia 27 de outubro e, no ano de 2022, no dia 6 de outubro. Ambas as edições foram marcadas por palestras, visitas aos locais de trabalho e, marca registrada da iniciativa, pelas equipes de saúde usando roupas no tom rosa.

Além de atingir o quadro de pessoal do TRT-6, o Outubro Rosa leva também informações às integrantes dos serviços terceirizados no Regional. Nos dois anos, as equipes da Autogestão e do Serviço de Saúde do TRT-6 fizeram mobilizações no edifício-sede e no Fórum do Recife. A campanha estimula a população sobre a importância de combater essa doença, que é o segundo tipo de câncer que mais incide em mu-

lheres de todas as regiões do país. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região marcou presença no 25º Congresso Internacional Unidas. Três integrantes do TRT-6 Saúde participaram do evento, que aconteceu em Florianópolis, entre 16 e 18 de novembro de 2022: o desembargador Eduardo Pugliesi, membro do Conselho Deliberativo do TRT6 Saúde, o servidor Renato Pinto, diretor da Secretaria de Autogestão em Saúde, e a servidora Ana Cláudia Melo, chefe da Divisão de Políticas e Ações de Saúde. O encontro, que teve como tema central “Os desafios para a sustentabilidade das autogestões”, contou com aproximadamente 70 participantes.

Apresentação especial no evento quem fez foi a Orquestra de Câmara do Alto da Mina, na abertura do encontro. O grupo de crianças e adolescentes, sob a regência do maestro Israel de França, recebeu o convite para ir a Florianópolis após a apresentação no “I Seminário Pernambucano das Autogestões em Saúde”, realizado em setembro de 2022, pelo TRT6 Saúde e pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em parceria com a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas). Com um repertório composto de peças clássicas e canções da música nordestina, como já acontecera na exibição anterior, a orquestra impressionou os presentes.

RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL

Biênio foi marcado pela transição entre o trabalho remoto e o presencial



O trabalho híbrido permitiu o funcionamento da Corte, com segurança, durante toda a pandemia da Covid-19

A gestão dos desembargadores Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino (presidente), Nise Pedroso Lins de Sousa (vice-presidente) e Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura (corregedor) foi marcada pela retomada da atividade presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região quando a pandemia da Covid-19 começou a arrefecer.

A Administração precisou estabelecer regras para que o retorno ao trabalho ocorresse de maneira segura, mas também teve que fortalecer canais de atendimento remoto, porque a redução dos casos da doença não ocorreu de forma linear.

Pernambuco enfrentou ondas de crescimento e baixa de infecções e ocupações hospitalares em 2021, e o TRT-6 precisou se adequar em

cada um desses momentos. Houve intervalos em que a atividade presencial foi completamente suspensa no Tribunal e outros em que foi possível o comparecimento de até 80% das pessoas de cada unidade - com exceção daquelas que integravam o grupo de risco da Covid-19.

Com o avanço da vacinação, em outubro de 2021, houve a reabertura das secretarias das varas do

trabalho para atendimento ao público sem a necessidade de prévio agendamento e também foram liberados os eventos e reuniões presenciais. Era exigido apresentar o comprovante de vacinação para poder ingressar nos prédios do Tribunal e usar máscara durante todo o tempo de permanência. As pessoas não imunizadas precisavam apresentar teste negativo de Covid-19. Outra medida para garantir a segurança foi realizar serviço de desinfecção/sanitização das salas e equipamentos. Isso foi feito pelo Exército Brasileiro por solicitação do Tribunal.

A obrigatoriedade da máscara e da apresentação do comprovante de vacinação ou do teste negativo de Covid-19 só foi suspensa em 2022, após o abrandamento de regras sanitárias em Pernambuco. Também em 2022, o TRT-6 estabeleceu o fim do trabalho remoto e retorno das atividades presenciais.

Entre as inovações surgidas por força das circunstâncias, algumas vieram para ficar, sendo o Balcão Virtual a de maior destaque. Esse serviço permite ingressar em uma videoconferência, em tempo real, com um servidor do TRT-6. Todas as varas do trabalho, centros judiciários de métodos consensuais de solução de disputas (Cejuscs), gabinetes de desembargadores, secretarias do Pleno, das Turmas e das Seções Especializadas, Ouvidoria, Seção de Distri-

buição, Núcleo de Recursos e Arquivo-Geral passaram a dispor da ferramenta durante a presidência da desembargadora Maria Clara Saboya. A matéria da página 15 traz detalhes sobre isso.

As audiências voltaram a ser presenciais, mas, em algumas situações excepcionais, elas podem ocorrer de forma virtual ou híbrida, com algumas pessoas presentes no fórum e outras participando por videoconferência. Inclusive, desde janeiro de 2022, quem ingressar com uma ação trabalhista em Pernambuco pode requerer que todos os atos processuais sejam praticados de modo exclusivamente virtual. É a modalidade Juízo 100% Digital, que foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução 345/2020. O TRT-6 iniciou a adequação a esse modelo em junho de 2021, com 11 varas e depois expandiu para as 70 VTs e para os Cejuscs.

Outro destaque foi que o Tribunal passou a transmitir as suas sessões colegiadas ao vivo pelo canal do YouTube da instituição (@TRT6PE), além disso, o conteúdo fica salvo e pode ser assistido a qualquer hora.

Já os leilões ficaram exclusivamente on-line. Antes da pandemia da Covid-19, os eventos aconteciam simultaneamente de forma presencial e eletrônica, de modo que os lances podiam partir de alguém levantando a mão na plateia ou de um clique no site do leiloeiro. Mas o ato que normatizou o fim do trabalho remoto no TRT-6 estabeleceu que a regra era o leilão eletrônico, sendo permitido o presencial por determinação do magistrado.

Outra atualização diz respeito ao teletrabalho no Regional. Instituído em 2016, a modalidade ganhou nova regulamentação em 2022, permitindo que 30% da equipe de cada unidade possa exercer suas atividades a distância.



Uso de máscaras e maior frequência na higienização de filtros de ar-condicionado foram algumas das medidas adotadas para a retorno das reuniões presenciais

SOLENIDADE

Entrega de medalhas reconhece valor de quem faz o TRT-6



Cerimônia realizada em 2022 incluiu também agraciados dos dois anos anteriores

Quando realizamos um grande feito, costumamos dizer “isso merece uma medalha”. E o TRT-6 reconhece o esforço de quem dedicou uma vida inteira ao serviço público exatamente dessa forma. Em outubro de 2022, magistrados e servidores receberam a Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho - categoria mérito funcional -, após dois anos sem a cerimônia de en-

trega por conta do distanciamento social imposto pela pandemia.

A honraria é concedida a quem se empenhou, no TRT-6, em suas funções dedicadas à população por 25 anos ou mais. Além do tempo, é necessário não ter tido, durante todo esse período, registro de punição funcional. O tempo de serviço prestado no Ministério Público do

Trabalho da Sexta Região também pode ser computado para a concessão da medalha.

A gestão 2021/2023 precisou encarar o desafio de uma cerimônia atípica. Na solenidade, foram contemplados magistrados e servidores que fizeram jus à honraria nos anos de 2020, 2021 e 2022, por conta da suspensão das edições anteriores,

ocasionada pela pandemia do coronavírus. Outra novidade foi que, pela primeira vez, a cerimônia – que reúne de forma festiva os agraciados, seus familiares e demais colegas de trabalho – foi realizada no boulevard do edifício-sede do Cais do Apolo, no Bairro do Recife.

Na abertura do evento, a então presidente do Tribunal, desembargadora Maria Clara Saboya, destacou que a homenagem é para aqueles que “se desdobram, incansavelmente, para entregar, de forma indelével, a prestação jurisdicional.”

E, como todo grande evento, o encerramento da solenidade foi com música. A Orquestra de Câmara do Alto da Mina, projeto social que atende mais de 60 crianças e adolescentes dos Bultrins, em Olinda, e tem um termo de cooperação firmado com o TRT-6, executou clássicos da música erudita e números consagrados do cancionário popular, como Vivaldi e Sivuca. Tudo foi



Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho foi criada em 1987

devidamente registrado e virou um vídeo, disponibilizado no canal do TRT-6 no YouTube.

A Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho foi criada em 1987, pelo desembargador José Gondim Filho. A condecoração alude ao magistrado que presidiu o Regional da 6ª Região nos períodos de 1946-1951, 1955-1959 e 1963-1966. Durante a gestão de Eurico de Castro Chaves Filho, em 1946, o órgão passou a integrar o Poder Judiciário da União.



Aponte a câmera do celular e veja o vídeo sobre a entrega de medalhas



Honraria é concedida a quem desempenhou suas funções no TRT-6 há 25 anos ou mais

GESTÃO ESTRATÉGICA

Tribunal aposta em governança, estratégia e planejamento



Área da gestão estratégica do TRT-6 consolidou ações e ampliou projetos, sempre buscando se adequar às metas propostas pelo CNJ, CSJT e Agenda 2030 da ONU

Processos e Iniciativas Nacionais e da Seção de Projetos Estratégicos, unidades que formam a equipe da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica. No local, é feito o monitoramento para ajudar o Tribunal a atingir seus principais resultados e cumprimento de metas.

No biênio 2021/2023, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região apoiou e intensificou ações e estratégias de governança, planejamento e gestão, alinhando-se com as normas e resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), além da Agenda 2030 da ONU. Para auxiliar a Presidência e as demais unidades a alcançar as metas e atingir estes objetivos, o TRT-6 contou com a dedicação dos servidores subordinados à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGET).

O trabalho principal da Secretaria é realizar o monitoramento e o aperfeiçoamento do “Plano Estratégico do TRT-6”, proposta que norteia, a médio prazo, as atividades e projetos do Tribunal. Instituído pela Resolução Administrativa 24/2022, o referido plano, que compreende o período de 2021 até 2026, alinha as ações do sexto regional com as principais propostas do CNJ, CSJT e ONU.

Para realizar a missão, a secretaria conta com o apoio da Divisão de Estatística e Pesquisa, da Divisão de

Nos anos de 2021 e de 2022, realizaram-se três Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), ocasiões nas quais foram detalhadamente expostos o andamento do Planejamento Estratégico do TRT-6 e seu alinhamento com as metas nacionais definidas para o Poder Judiciário. No total, aconteceram seis encontros durante o biênio 2021/2023 – que contaram com a participação de dirigentes, magistrados e servidores da instituição.

Na apresentação da 3ª RAE de 2022, realizada em 13 de dezembro, no Pleno do TRT-6, a secretária de

Governança e Gestão Estratégica, Elisabete Duarte de Sousa Alves, destacou a evolução do desempenho do TRT-6 na implantação do seu Plano Estratégico. A Divisão de Estatística e Pesquisa foi outra importante unidade para auxiliar o Tribunal nestes encontros. A partir dos dados apresentados pelo chefe da Divisão, Luiz Eduardo Moura, foram apresentadas radiografias detalhadas das Metas do Plano Estratégico do TRT-6 e seu alinhamento com as Metas Nacionais do Poder Judiciário.

No último encontro da gestão 2021/2023, os dados apresentados indicaram o bom desempenho do Regional, com destaques para as metas 1 (Julgar mais processos que os distribuídos); 2 (Julgar processos mais antigos); 3 (Estimular a conciliação); e 5 (Reduzir a taxa de congestionamento).

Também houve o desempenho positivo em outros indicadores, tais como: Estimular a inovação no Poder Judiciário (meta 9); Índice de transformação digital (meta 10); Combate ao trabalho infantil e promoção dos direitos das crianças e adolescentes (meta 11); Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (meta específica para a JT); e ICPAC (Índice ligado ao aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira) – indicando, assim, o cumprimento pelo TRT-6 de todas as metas no exercício.

SELO PRATA

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário com o surgimento da pandemia da Covid-19, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu, com o gradual retorno à normalidade, novos e cada vez mais rígidos critérios para a concessão do Prêmio CNJ de Qualidade, que surgiu em substituição ao antigo Selo Justiça em Números. Mesmo com a adoção desses novos critérios de pontuação, o TRT-6 manteve seu bom desempenho entre os regionais de médio porte, recebendo, nos anos de 2021 e 2022, o Selo Prata.

e-GESTÃO

Em 2022, a Divisão de Estatística e Pesquisa participou de 9 (nove) reuniões técnicas realizadas pelo Grupo Gestor Regional do Sistema de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (sistema e-Gestão e Datajud), ocasiões onde foram tratados assuntos relativos ao desenvolvimento e correção de lançamentos de dados, com vistas ao aprimoramento da qualidade das informações processuais. Nas reuniões periódicas, verificou-se a qualidade dos dados gerados pelas unidades judiciárias de 1º e 2º graus. O trabalho desenvolvido, em conjunto com os demais membros do Comitê Gestor Regional, visa a aprimorar a qualidade das variáveis a serem disponibilizadas no siste-

ma e-Gestão, evitando avaliações equivocadas de desempenho da atividade judiciária do TRT6, além dos temas relacionados ao aprimoramento dos dados do Datajud.

AGENDA 2030

A Agenda global 2030 é um compromisso assumido por 193 países, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Integrar a referida agenda no Poder Judiciário é a Meta Nacional 9, proposta pelo CNJ ao Poder Judiciário. Os tribunais estão sendo incentivados a incluir ações relacionadas a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, investindo em medidas qualitativas com foco na desjudicialização e prevenção de litígios em busca da solução pacífica de controvérsias.

O cumprimento da referida meta teve início no TRT-6 em 2021, com a implantação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça do Trabalho da 6ª Região (LIODS).



STIC

Tecnologia da Informação avança na implantação de soluções digitais para o TRT-6



Serviços que ampliam os canais de atendimento e promovem a automação da JT, são responsáveis por uma revolução digital no TRT-6

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (STIC), durante o biênio 2019/2022, centrou seus esforços em pesquisas de inovação tecnológica voltada à otimização das atividades institucionais, o que acelerou uma transformação digital no TRT-6. Com o objetivo de manter-se alinhada ao Programa Justiça 4.0, instituído em abril de 2021, fruto de parceria entre o CNJ, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), com apoio do TSE, STJ e CSJT, o trabalho de

inovação da STIC começou a dar resultados práticos significativos.

Segundo o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Alessandro Alcides de Souza, a gestão se distingue pela busca da aplicação racional de recursos tecnológicos em benefício da rápida prestação de serviços à sociedade. “O biênio foi marcado por soluções inovadoras que priorizaram o funcionamento célere das unidades e a utilização consciente dos recursos do Tribunal”, resumiu Alessandro Souza.

A partir de uma ideia do TRT-14 (RO/AC), na primeira fase do programa, em 2021, a equipe da STIC desenvolveu a estrutura central do Balcão Virtual e na sequência compartilhou-a com os outros tribunais da Justiça do Trabalho em todo o país. A seguir se deu a implantação do Juízo 100% Digital em todas as unidades da primeira instância. Em 2022 – ação colaborativa com o TRT-4 (RS) – a STIC começou automatizar as tarefas repetitivas da área-fim, com o uso de autômatos. Com isso entrou e funcionamento o robô Paco (Publicador de Acórdãos).

Ainda nesse ano, a equipe técnica da STIC implantou Frade (Fracionador e Anexador de Digitalizações) na Secretaria da Vara do Trabalho de Vitória, com a contribuição do servidor Ricardo de Souza Vieira. A ferramenta consegue executar tarefas mecânicas antes feitas por servidores. Frade fraciona as digitalizações processuais (PDFs) em arquivos menores, de até 3MB, localiza o processo no PJe, cria a certidão de juntada e anexa os arquivos ao processo. Submetido ao primeiro

Vieram se somar ao Paco e ao Frade outros cinco robôs:

<i>ROBÔ</i>	<i>FUNCIONALIDADE</i>
eCarteiro	Certifica nos autos a situação das notificações expedidas via eCarta, anexando o AR quando existente. Além disso, gera uma planilha de acompanhamento das notificações para audiências.
Faro	Identifica os processos recebidos do TST que transitaram em julgado e faz a remessa para o 1º grau; e classifica os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista como aptos para remessa ao TST ou pendentes de despacho.
Gael	Certifica nos autos os alvarás eletrônicos expedidos pela Vara, realiza a intimação da parte interessada e registra no PJe o pagamento correspondente.
Pipa	Filtra os processos em que há parte com procuradoria, pautados em uma data selecionada pelo usuário, e faz a intimação via sistema para ciência da sessão de julgamento.
Preá	Realiza a pré-autuação de processos para pagamento de Precatórios e RPVs. Os dados e documentos são extraídos automaticamente do GPrec e do processo de origem no PJe.

teste, o robô fez esse conjunto de atividade em 44 processos num tempo inferior a 40 minutos.

Outro incremento tecnológico foi o Codex, plataforma de compilação de dados, que extrai as informações mais relevantes dos processos judiciais em tramitação. Em breve, os dados extraídos por essa nova ferramenta alimentarão automaticamente o e-Gestão.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Atento aos cuidados para a proteção do acervo contra ameaças cibernéticas, o Tribunal atualizou a

Política de Segurança da Informação, que estabelece diretrizes para garantir a integridade e autenticidade dos dados institucionais. O TRT-6 ainda investiu na aquisição de ferramentas para identificar vulnerabilidades, melhorando a prevenção nesse sentido.

CAMPANHA

A STIC também vem divulgando mensagens, veiculadas pela Intranet, com alertas sobre riscos cibernéticos. Em janeiro de 2023, por exemplo, a “Campanha de Conscientização em Segurança da Informação” trouxe um vídeo mostrando como o usuário pode

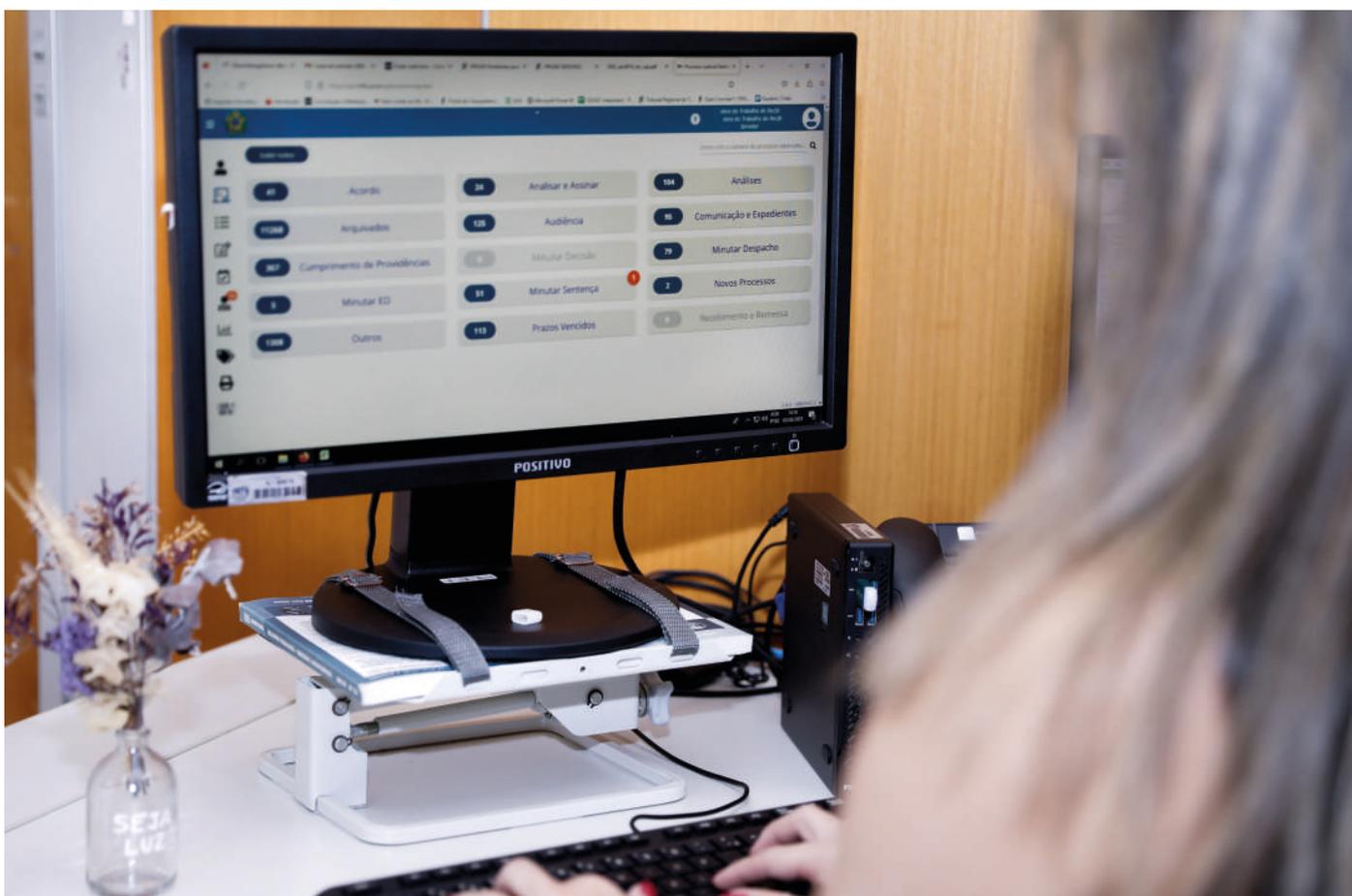
identificar e-mails suspeitos, evitando cair em golpes.

ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA

O TRT-6 foi sede, em setembro de 2022, do “Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça do Trabalho. O Enastic, realizado pela primeira vez em Pernambuco, reuniu magistrados, gestores e servidores da área de TI. Constataram da programação diversos painéis, palestras, oficinas, lançamento de livros e debates com variados temas.

PJe

Processo Judicial eletrônico completa 10 anos no TRT-6



Sistema tornou mais rápida a tramitação das ações, com total segurança e economia, aprimorando o alcance e a efetividade da prestação jurisdicional

Em 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região celebrou uma década de implantação do Processo Judicial eletrônico na Justiça Trabalhista pernambucana. Tudo começou em setembro de 2012, na presidência do desembargador André Genn, com a instalação do PJe na 2ª Instância e no então re-

cém-inaugurado Fórum Walfrido Uchôa, que reúne as duas Varas de Igarassu. Dois anos depois, em 2014, na gestão do desembargador Ivanildo Andrade, 100% das VTs já contavam com o novo sistema.

Uma vez implantada, a ferramenta trouxe vários benefícios: tor-

nou mais rápida a tramitação das ações, ofertou maior segurança aos usuários e gerou economia com a dispensa do papel. O presidente do Comitê Gestor Regional do PJe, desembargador Fábio André de Farias, destacou a relevância do projeto para a prestação jurisdicional. “Durante a pandemia te-

ríamos, simplesmente, paralisado nossa atividade não fosse o sistema. E o Processo Judicial eletrônico não seria possível sem a sinergia de técnicos desenvolvedores e usuários de altíssimo nível que testam, critica e demanda melhorias.”

Para comemorar os dez anos da plataforma no TRT-6, o desembargador Fábio Farias organizou um evento durante uma sessão do Pleno, em setembro. Na ocasião, a presidente do Tribunal, desembargadora Maria Clara Saboya, lembrou do receio de juízes, servidores e advogados à época, pois todos estavam acostumados com os processos físicos. A magistrada ressaltou a importância da inovação que, dentre outros benefícios, foi fundamental para manter o desempenho do TRT-6 durante a pandemia.

Um dos convidados para o evento foi o desembargador aposentado André Genn (presidente do Regional no biênio 2011/2013), que des-

taçou as qualidades da ferramenta, enfatizando a construção coletiva e o aprimoramento contínuo da plataforma. Outro participante foi o coordenador do Grupo Nacional de Negócio do PJe, juiz Luiz Evaristo Barbosa, que valorizou a usabilidade, segurança e acessibilidade do sistema.

Também para marcar a data, a Coordenadoria de Comunicação Social produziu o vídeo “10 Anos do PJe no TRT-6”, contando a história do Processo Judicial eletrônico no Tribunal. O clipe, que foi exibido no evento do Pleno, mostrou depoimentos da desembargadora presidente, Maria Clara Saboya, e dos desembargadores aposentados André Genn e Ivanildo Andrade, falando sobre a importância da plataforma para magistrados, servidores e usuários da Justiça do Trabalho em Pernambuco.

Iniciar o novo modelo no TRT-6 demandou um grande empenho, que passou por adequação tecno-

lógica, melhoria dos equipamentos, aumento da velocidade de internet, e ampliação da capacidade de armazenamento de dados, além de contratação, através de concurso, de pessoal especializado. A inovação também exigiu a capacitação imediata de magistrados e servidores, e, para isso, uma nova metodologia de ensino foi adotada pela Escola Judicial, mesclando aulas presenciais e ensino a distância, o que se tornou referência para outros regionais.



Aponte a câmera do celular e veja o vídeo sobre os 10 anos do PJe

PJe Processo Judicial Eletrônico

SOCIOAMBIENTAL

Sustentabilidade e solidariedade marcam ações do TRT-6



Presidente do TRT-6, desembargadora Maria Clara Saboya, compareceu ao Hospital do Câncer para doar caminhão

A música “The 3 R’s”, de Jack Johnson, fala sobre três palavras que começam com a letra R que todo o mundo precisa aprender: reduzir, reutilizar e reciclar. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região desenvolveu ações de sustentabilidade nessas três frentes durante o biênio 2021/2023. Além disso, encabeçou projetos, ou aderiu a eles, voltados para a acessibilidade, educação, inclusão e equidade e promoveu campanhas solidárias.

REDUZIR

No início de 2021, o TRT-6 começou a participar do Projeto Eficien-

tização de Edificações da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), o que possibilitou a substituição das lâmpadas por modelos em LED, que são mais econômicos. Toda a ação foi feita sem custo para o Tribunal, sendo de iniciativa da concessionária de energia elétrica.

Mas o maior destaque em termos de eficiência energética foi o avanço na instalação de placas de captação de energia solar em prédios do Tribunal. O projeto se iniciou com os fóruns de Araripina, Salgueiro e Serra Talhada e, na gestão da desembargadora Maria Clara Saboya, alcançou tam-

bém Caruaru, Garanhuns, Nazaré da Mata, Pesqueira, Petrolina, Limoeiro, Vitória de Santo Antão (Vara e Arquivo-Geral), Barreiros, Carpina, Ipojuca, Palmares, Paulista, Ribeirão e o edifício-sede no Recife. Com isso, a instituição passou a produzir cerca de 40% de toda a energia elétrica que utiliza. Mais informações na matéria de página 13.

REUTILIZAR

Móveis de escritório, equipamentos e periféricos de informática, eletrodomésticos e outros tipos de bens que não estavam mais em uso no TRT da 6ª Região, mas que se encontravam em bom estado de conservação, foram doados a outros órgãos públicos ou entidades filantrópicas.

Uma das entregas mais simbólicas foi um caminhão-baú para o Hos-

pital de Câncer de Pernambuco, em junho de 2022. A desembargadora presidente, Maria Clara Saboya, compareceu à entidade e foi recebida pelo superintendente-geral do Hospital, Hélio Fonseca, que, com bastante alegria, falou como o veículo iria ajudar a recolher as doações recebidas pela instituição.

RECICLAR

Quando acaba o tempo de vida de um produto, os materiais continuam a ter utilidade através da reciclagem. Em agosto de 2021, foram habilitadas três cooperativas de catadores para fazer a coleta de resíduos recicláveis arrecadados pelo Tribunal: Curcurana, Coocares e Coocencipe.

As cooperativas recolhem papel, plástico, vidro, metal e equipamentos eletrônicos e mídias digitais obsoletos que são depositados nos coletores do prédio-sede do TRT-6, vendem para a indústria e o valor arrecadado é dividido entre os associados, sendo fonte de renda para várias famílias.

Além disso, o Tribunal mantém parceria com o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Recife (Sindvarejista) para a reciclagem de pilhas e baterias, e com a empresa Asa para a reciclagem de óleo de cozinha usado. E para aproveitar a temática da Copa do Mundo, o Regional elaborou uma campanha

convocando todos para contribuir com a coleta seletiva.

Além das três palavras mágicas iniciadas com a letra erre, outras aparecem nas ações praticadas pelo TRT-6 para um mundo sustentável e solidário.

EDUCAR

O Programa de Aprendizagem do Tribunal foi ampliado permitindo a participação simultânea de 16 jovens estudantes que combinam aulas na Escola Dom Bosco, no Recife, com a experiência prática na área administrativa do TRT-6. O referido Programa colabora com a inserção desses adolescentes no mercado de trabalho, além de ser fonte de renda para jovens de comunidades carentes ou em situação de vulnerabilidade.

O Tribunal também manteve a parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (AmatraVI) para desenvolver o Programa Trabalho Justiça e Cidadania em Pernambuco. A ação leva à sala de aula aprendizados sobre Direitos Humanos, Trabalhistas e da Criança e do Adolescente, beneficiando estudantes de escolas estaduais e municipais.

Cabe ainda destacar que a Escola Judicial realizou diversos cursos associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda

2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Os 17 objetivos visam a atingir questões essenciais para o bem-estar da humanidade, como o fim da pobreza e da fome, alcançar a igualdade de gênero e preservar os recursos naturais. Essa agenda foi tema do calendário de mesa do TRT-6 para o ano de 2022, onde cada mês trazia sugestões de como colaborar no dia a dia para o alcance dessas metas.

TRADUZIR

Com o objetivo de garantir a acessibilidade e inclusão das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Tribunal abriu procedimento para cadastrar tradutores e intérpretes de Libras - a Língua Brasileira de Sinais - para atuar em ações trabalhistas ou em eventos oficiais.

A tradução foi usada em audiência na 2ª VT de Caruaru e na 2ª de Paulista - nesta última, quem a realizou foi o servidor José Barbosa da Silva -, bem como em solenidades e capacitações e em vídeos disponíveis no canal do YouTube do TRT-6 (@TRT6PE).

EQUIDADE DE GÊNERO

O Conselho Nacional de Justiça deu continuidade às ações em busca da equidade de gênero no Judiciário. Uma das medidas foi determinar a

criação de um repositório on-line para disponibilizar dados de mulheres juristas com conhecimento em diferentes áreas do Direito. Com isso, espera-se impulsionar a participação de mulheres em eventos institucionais, citações em obras jurídicas e comissões de concurso e bancas examinadoras. No TRT-6, a listagem está disponível no menu “Serviços” do site www.trt6.jus.br.

ORGÂNICOS

Incentivar o consumo de orgânicos: com a retomada da atividade presencial no TRT-6, a tradicional feirinha de orgânicos voltou a acontecer semanalmente no edifício-sede e quinzenalmente no prédio da Rua Quarenta e Oito, no Recife - onde está situada a Escola Judicial e o Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco. Os produtos vendidos são cultivados sem o uso de adubo químico ou agrotóxico.



Feira de orgânicos no TRT-6 completou 12 anos em 2022



Orquestra de Câmara do Alto da Mina, no 25º Congresso Internacional Unidas, em SC

IMPULSIONAR

O Tribunal mantém, desde 2017, termo de cooperação com a Orquestra de Câmara do Alto da Mina - comunidade com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) - um projeto social que leva os ensinamentos de música para crianças e adolescentes dos Bultrins, em Olinda. O grupo realizou diversas apresentações em solenidades do Tribunal, inclusive, por essa visibilidade, foi convidado para tocar no 25º Congresso Internacional Unidas, em Florianópolis (SC).

Alguns jovens da Orquestra também participam do Programa de Aprendizado do Tribunal e a entidade é contemplada com algumas campanhas de solidariedade encabeçadas pelo Regional.

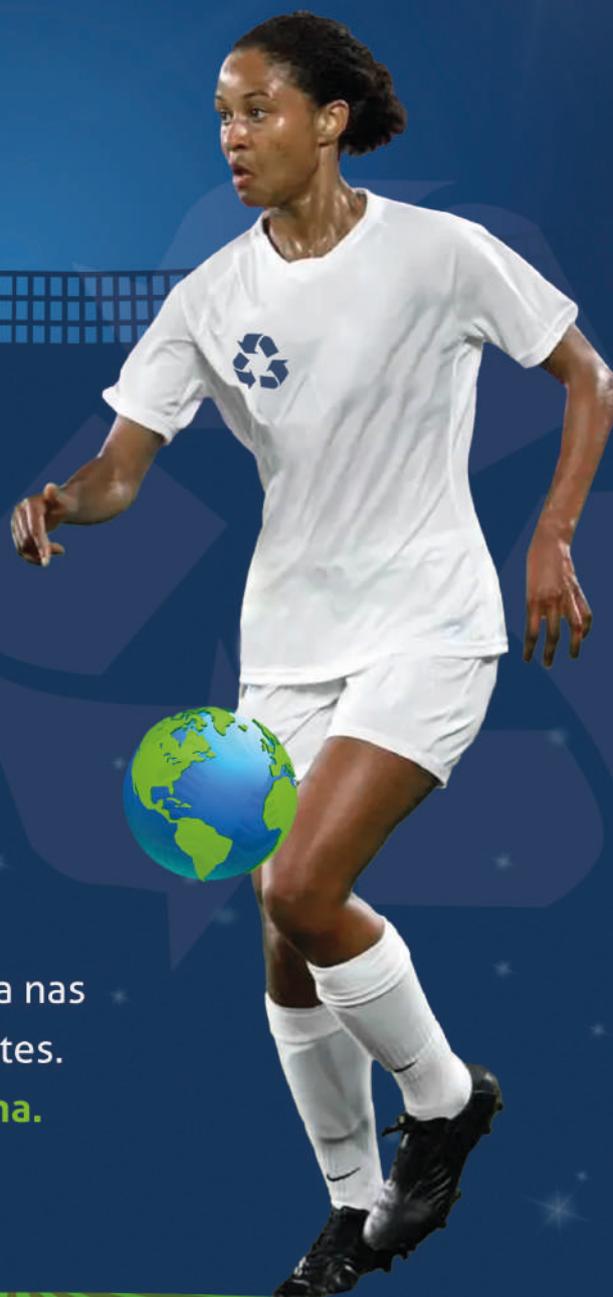
DOAR

Foram várias as ações de filantropia promovidas no biênio. Houve campanhas que beneficiaram diferentes pessoas em situação de vulnerabilidade, por exemplo: moradores da Comunidade do Pilar, idosos do Lar Batista para Anciãos, crianças do Lar do Nenen e do Lar Paulo de Tarso, desabrigados pelas chuvas de maio de 2022.

Uma das ações de maior repercussão foi a da Corregedoria Solidária, feita em abril de 2022, quando o TRT-6 passou por correições ordinárias. Na ocasião, foram arrecadadas duas toneladas de alimentos não perecíveis, que foram doadas a moradores de comunidades do Alto da Mina, em Olinda, e de Santa Luzia, no Recife.

VOCÊ foi convocado PARA a seleção!

A **COLETA SELETIVA** do TRT-6 ganhou um reforço de peso: **cooperativas de catadores** agora têm convênio com o Tribunal. Faça a seleção dos resíduos em sua casa e traga para os pontos de coleta nas unidades do TRT-6 participantes. **Nesse jogo, todo mundo ganha.**



Confira mais informações em:
trt6.jus.br/portal/secao-de-sustentabilidade-acessibilidade-e-inclusao



SAÚDE

TRT-6 promove proteção à saúde o ano inteiro



Em 2022, foi adquirido um novo aparelho de eletrocardiograma para o Tribunal

O Núcleo de Saúde realizou, diariamente, ao longo da gestão da desembargadora Maria Clara Saboya (2021/2023), consultas odontológicas, sessões de fisioterapia e de psicologia e atendimento médico de urgência ou para análise dos exames periódicos ou de casos de afastamento em razão de doença.

A unidade manteve a coleta e análise de informações sobre a

saúde das pessoas que integram o quadro funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, de modo a fazer um trabalho preventivo para que enfermidades não surgissem ou se agravassem. Uma das grandes ferramentas utilizadas foram os exames periódicos prescritos para magistrados e servidores. Algumas pessoas já identificaram problemas cardíacos, de pré-diabetes, de pressão

ou outras doenças após o resultado desses exames.

A equipe também recebeu muitas demandas para atendimentos de urgência e para esclarecer dúvidas. O atendimento a essas solicitações foi fundamental para indicar as recomendações sanitárias que precisavam ser adotadas durante a pandemia da Covid-19, bem como, para acompanhar os registros de

vacinação do corpo funcional. No que diz respeito a equipamentos, importante aquisição aconteceu em 2022, quando a unidade passou a contar com um novo aparelho para eletrocardiograma.

Em sua programação anual, o Núcleo de Saúde desenvolveu uma série de ações para conscientizar sobre prevenção e diagnóstico precoce, a maior parte delas, ligada a um mês específico:

JANEIRO BRANCO

Trata dos cuidados com a saúde mental. O início do ano foi escolhido porque é um momento em que as pessoas estão propensas a refletir sobre suas vidas e relacionamentos. Já a cor traz a ideia de que temos várias possibilidades de escrever nossa história, como numa folha em branco. A Seção de Saúde Mental organiza palestras sobre o assunto e atividades relaxantes, a exemplo de mindfulness e a construção de um diário da gratidão.

APLICAÇÃO DE FLÚOR

Aproveitando o período de férias escolares, a Seção de Odontologia promove a campanha de aplicação de flúor nos meses de janeiro e julho. A ação contempla crianças e adolescentes dependentes dos magistrados e servidores do Tribunal e visa aumentar a proteção contra as cáries e orientar os

pacientes sobre a correta limpeza dos dentes. A retomada dessa tradicional campanha, em julho de 2022, foi possível quando os casos de Covid-19 haviam diminuído em Pernambuco.

ABRIL VERDE

28 de abril é o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. A data foi instituída pela Organização Internacional do Trabalho em referência a um acidente nos Estados Unidos, que vitimou 78 mineiros. O Núcleo de Saúde do TRT-6, em parceria com o Grupo Interinstitucional de Prevenção a Acidentes do Trabalho (Getrin6), promove ações voltadas para o tema, inclusive contemplando os funcionários terceirizados do Tribunal.

VACINAÇÃO

A Seção de Enfermagem firma parceria com empresas de imunização para que magistrados e servidores possam contratar vacinas contra a gripe (tetraivalente) e HPV, por valores abaixo do praticado no mercado. A campanha costuma ocorrer em abril ou maio e, quando havia a orientação para manter o distanciamento social, ocorreu por meio de *drive thru*.

AGOSTO LILÁS

Busca conscientizar a sociedade sobre o combate à violência contra a mulher e divulgar os serviços especializados de atendimento às



Campanha de Aplicação de flúor em crianças

vítimas e os canais de denúncia. A campanha partiu da entrada em vigor da Lei 14.448/22. A Seção de Serviço Social visitou as varas do trabalho do Recife e as unidades do prédio-sede para conversar com os servidores e distribuir material educativo.

TODO O MOVIMENTO CONTA

Idealizada pela Seção de Fisioterapia, a ação propõe combater o comportamento sedentário, estimulando o aumento da atividade física no dia a dia. A equipe do Tribunal visitou unidades da sede e varas do trabalho do Recife para explicar trocas saudáveis que podem ser feitas para colocar mais movimento na rotina: usar escadas ao invés de elevadores, estacionar em local mais distante da entrada e participar da videoaula de fisioterapia, que acontece às segundas e quartas-feiras, às 10h30.

A ação aconteceu no final de julho e começo de agosto de 2022. Houve um café da manhã saudável, aula de ritbox e visita da equipe da Fisioterapia aos setores.

SETEMBRO AMARELO

O Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio ocorre em 10 de setembro e motiva a realização de campanha

para divulgar os sinais de alerta e as formas de ajudar quem tem pensamentos suicidas.

Representantes da Seção de Saúde Mental visitaram algumas unidades do Tribunal para debater o tema e distribuir material educativo, mas também organizaram programação voltada para o bem-estar, por exemplo: sessões de massagem, hipnose regressiva a momentos felizes e palestra sobre aromaterapia.

OUTUBRO ROSA

O movimento nasceu na década de 1990, para estimular a participação da população no controle do câncer de mama. Quem conduziu as ações no TRT-6 foi a Seção de Enfermagem, fazendo visitas a algumas unidades e promovendo uma feirinha no prédio-sede.

A recomendação adotada no Brasil é de que a mamografia seja realizada a cada dois anos para mulheres entre os 50 e 69 anos. Também é recomendado manter hábitos saudáveis, pois estima-se que alimentação saudável e atividade física reduzem em até 28% o risco de a mulher desenvolver câncer de mama. Os cuidados relacionados à doença integram o programa de prevenção e controle médico do Tribunal, sendo requerida mamografia a cada dois anos e havendo um acompanhamento especial nos casos de risco.

NOVEMBRO AZUL

A campanha é para alertar sobre os cuidados com a saúde do homem, havendo um especial enfoque ao necessário exame de próstata, que deve começar a ser feito, anualmente, a partir dos 40 anos.

Em 2022, o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores - do qual profissionais do Núcleo de Saúde fazem parte - promoveu um mutirão com testagens para detecção de hepatites, sífilis e HIV; verificação de pressão arterial e glicemia digital; distribuição de preservativos; e vacinação contra gripe, tétano, hepatite, febre amarela e tríplice viral. No ano anterior, o Comitê realizou um concurso para escolher a melhor redação que abordasse o tema do Novembro Azul.

Os serviços oferecidos pelo Núcleo de Saúde estão listados na Intranet - <https://novaintranet.trt6.jus.br/>, no banner “Gestão de Pessoas e Saúde” e, em seguida, no link “Núcleo de Saúde”. Lembrando que o acesso à Intranet se dá, exclusivamente, pela rede do Tribunal, ou seja, pelos computadores que ficam nos setores ou pelos computadores domésticos que estão conectados à VPN.

Mais informações em: (81) 3225 3496/ 3497 e saude@trt6.jus.br

CORREGEDORIA REGIONAL

Com o Projeto Garimpo, Corregedoria devolve mais de R\$ 100 milhões à economia



Prêmio CNJ, Projeto Garimpo e volta das correições presenciais foram destaque na gestão da Corregedoria

A gestão do desembargador Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura foi marcada pela eficiência nas correições dos serviços jurisdicionais do TRT-6. Com a competência da equipe da Corregedoria, muitos desafios foram superados, especialmente os da pandemia de Covid-19.

Em abril de 2022, foram retomados os trabalhos presenciais de correições ordinárias, seguindo todos os protocolos de segurança do Governo de Pernambuco. Na volta das

atividades presenciais, foi pontuada a importância da relação interpessoal, em que o contato direto, a troca de informações e o “olho no olho” são fatores importantes para o ambiente de trabalho.

Mas a atuação da Corregedoria não parou por aí. A implementação do Projeto Garimpo no TRT-6, em janeiro de 2021, marcou o início de ações que culminaram na devolução de R\$ 194 milhões à economia. O projeto é uma iniciativa do Con-

selho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que busca identificar contas judiciais que tenham saldos disponíveis esquecidos para dar o devido fim.

Os servidores contam com o apoio de ferramentas tecnológicas e análise de dados para efetuarem a busca. Entre os beneficiados pelo projeto estão as partes envolvidas em processos trabalhistas, advogados, peritos, leiloeiros e pensionistas. A iniciativa também gera recolhimentos fiscais e previdenciários. Esse dinheiro devolvido, além de movimentar a economia, reforça a efetividade na prestação de serviços da Justiça do Trabalho.

A Corregedoria deu ainda continuidade ao Prêmio Metas do CNJ. A honraria é concedida em duas categorias: Diamante, para as varas que atingirem as seis metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano anterior; e Ouro, para as que alcançarem cinco dessas metas. No biênio, 20 VTs receberam o prêmio na categoria Diamante; e 16 foram contemplados com Ouro.

CORREGEDORIA

Correição ordinária do TST destaca desempenho do TRT-6



Ministro Guilherme Caputo Bastos, então corregedor-geral da Justiça do Trabalho, esteve no Recife e acompanhou o trabalho desenvolvido pelo Regional

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região passou por correição ordinária entre 25 e 29 de maio de 2022. O então corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Guilherme Caputo Bastos, esteve na capital pernambucana por cinco dias, junto com a sua equipe. Os

resultados foram apresentados durante sessão plenária, que registrou o ótimo desempenho do TRT-6 diante dos pontos analisados, com destaque para o melhor índice nacional da taxa de congestionamento líquida no 2º Grau, os cursos e excelente aproveitamento

dos magistrados junto à Escola Judicial, assim como os números da conciliação e da execução.

Segundo Caputo Bastos, é preciso registrar a importância histórica do TRT-6 para a Justiça do Trabalho e para o jurisdicionado. No entanto,

o prestígio alcançado nacionalmente pela Sexta Região não é em vão. “Em nosso levantamento, verificamos que o trabalho desempenhado por vocês é digno de orgulho e merece elogios sinceros da JT, apenas com poucas recomendações a serem seguidas. Encontramos um Tribunal alinhado e muito empenhado em manter o bom serviço prestado”, comentou.

A adoção de uma política de conciliação cada vez mais presente entre as partes foi alvo de elogios, uma vez que a taxa de conciliação líquida ficou acima da média nacional. O ministro registrou a importância de iniciativas inovadoras como o “Conciliação a Qualquer Tempo” e o portal “Quero Conciliar”, que estimulam as práticas de acordos durante os processos. Os prazos para apreciação das limiares em 2º Grau também ficaram em posição de destaque no levantamento da Corregedoria-Geral.

VISITAS INSTITUCIONAIS

A programação contemplou diversas visitas a unidades, entidades e projetos ligados ao TRT-6. Durante toda a semana, o corregedor-geral teve reuniões com a equipe do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) do Fórum do Recife e visitou a Escola Judicial do TRT-6, o Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco e a sede da OAB-PE.

“ Em nosso levantamento, verificamos que o trabalho desempenhado por vocês é digno de orgulho e merece elogios sinceros da JT, apenas com poucas recomendações a serem seguidas.

MINISTRO GUILHERME
CAPUTO BASTOS

EJUD-6

A Escola Judicial do TRT-6 também recebeu elogios pelo trabalho realizado. A vasta diversidade de te-

mas em sua grade, o mestrado que está sendo oferecido aos servidores e magistrados e o projeto Escola Aberta foram os destaques. Caputo Bastos se disse impressionado com a qualidade da gestão da instituição, que resulta em uma “escola extraordinária” e muito atrativa para o seu público-alvo. Ele elogiou as gestões anteriores, dos desembargadores Ivan Valença e Valdir Carvalho, Eduardo Pugliesi e Maria do Socorro Emerenciano.

CORREGEDORIA SOLIDÁRIA

O engajamento de todos os envolvidos na ação social idealizada pela Corregedoria-Geral do TST impressionou o ministro. Foram mais de duas toneladas de alimentos arrecadadas e entregues às comunidades Alto da Mina, em Olinda, e Santa Luzia, no Recife.



Entrega das doações, na sede do TRT-6, em evento que uniu arte e fé, com a presença de Padre Romeu

ESCOLA JUDICIAL

Ejud-6 implanta seu primeiro mestrado profissional com ênfase no Poder Judiciário



Aula inaugural do mestrado, na sede da Ejud-6

A Escola Judicial, unidade responsável por promover a educação continuada, a formação inicial e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, contabilizou importantes conquistas e iniciou novos projetos no biênio 2021/2023. A implantação do primeiro mestrado profissional do TRT-6 foi a principal delas, concretizando um antigo desejo institucional.

Depois de várias audiências públicas, que também incluiu a realização de uma oficina para orientar os candidatos na elaboração do pré-projeto, foi anunciada a primeira

turma, formada por 30 alunos selecionados entre magistrados e servidores do Tribunal. A primeira aula do mestrado aconteceu no dia 8 de novembro de 2022. Com carga horária de 390 horas-aula, que serão cumpridas no prazo de 30 meses, o curso é fruto de um acordo de cooperação com a UFPE.

Outro importante projeto iniciado em 2022 foi o Escola Aberta. Com a iniciativa, o diretor da Ejud-6, desembargador Eduardo Pugliesi, e a coordenadora-geral, juíza Wiviane de Souza, realizaram visitas aos fóruns Trabalhistas de Pernambuco

para dialogar com magistrados e servidores sobre as capacitações que podem trazer mais benefícios aos serviços realizados naquelas unidades. As primeiras visitas aconteceram em maio (Fórum de Goiânia) e junho (Fórum de Caruaru).

“Relembrar o biênio é pensar em união, intensidade e leveza. A sinergia da equipe que forma a EJud-6 e o diálogo aberto com nosso público interno se traduziu na expedição, nesse período, de mais de 8.500 certificados de conclusão de cursos para magistrados e servidores”, destacou o diretor da Escola, desembargador Eduardo Pugliesi. Os dados estatísticos das atividades realizadas no biênio reforçam a satisfação do dirigente. Somadas as ações dos últimos dois anos, foram disponibilizados, para magistrados e servidores, 1.483 cursos, totalizando 12.013 horas ofertadas de conteúdo, com quase 9 mil capacitados (público interno) e 667 (público externo).

PRINCIPAIS EVENTOS

Dentre os diversos eventos promovidos, além da realização semestral

da Jornada Institucional, sempre nos meses de janeiro e agosto, mereceram destaque a realização do Congresso Internacional da EJud-6 e a organização da 71ª Reunião do Conselho Nacional de Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), atividades que movimentaram a equipe em novembro de 2022.

Realizada nos dias 8 e 9/12, a 71ª Assembleia e Reunião do Conematra aconteceu no auditório da EJud-6, reunindo magistrados que atuam como diretores e coordenadores das Escolas de todo o país. Na programação, foram debatidos temas atuais e relevantes do mundo do direito e do processo trabalhista. A presidente do Conematra, desembargadora do TRT-10 (DF/TO), Flávia Falcão, elogiou o empenho da EJud-6 na organização do evento, comemorando o número de participantes, a programação cultural e o sucesso da empreitada.

Outro importante desafio assumido pela Escola foi reunir na capital pernambucana, nos dias 10 e 11 de novembro, especialistas do Brasil, Estados Unidos, Itália e Uruguai para a realização do 1º Congresso Internacional da EJud-6, evento realizado no auditório do Centro Cultural Cais do Sertão, no Bairro do Recife.

A conferência inaugural foi conduzida pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro, que apresentou a palestra “Temas para o Futuro do Direito e Processo do Trabalho”.

Durante os dois dias do evento, os ministros do TST Augusto César de Carvalho, Cláudio Brandão, Kátia Arruda, Alexandre Belmonte e Carlos Reis também fizeram parte da programação. Entre os especialistas do exterior, destacaram-se as presenças dos professores Mário Garmendia Arigón (Uruguai), Giuseppe Ludovico (Itália) e Susan Simone Kang (Estados Unidos).

CULTURA

Buscando sensibilizar servidores e magistrados sobre a importância do fortalecimento do patrimônio artístico e cultural do Nordeste brasileiro e da preservação da memória de tradições populares nacionais, a EJud-6 também lançou o “EJ6 Arte&Cultura”. A abertura festiva do projeto aconteceu no dia 7 de julho de 2022, no auditório da Escola. Depois da palestra do juiz Fábio Furtado, que falou sobre os efeitos da pandemia na relação de trabalho artística, houve show do SaGram,

grupo com 27 anos de estrada e que tem no currículo trabalhos como a trilha sonora original do filme “O Auto da Compadecida.”

Com apresentação de músicas regionais, o clima de São João tomou conta do espaço, com um pot-pourri de canções de Luiz Gonzaga, e levou os presentes a cantarem e dançarem junto com a banda. No final, o auditório foi transformado em salão de baile, fechando o evento com a certeza de que o objetivo de fortalecimento da cultura nordestina foi alcançado.

“Inovamos ao trazer mais ciência para o nosso Tribunal, a exemplo do lançamento da Revista Eletrônica da EJud-6, da implantação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas com Ênfase no Poder Judiciário ou da delicadeza ao trazer mais Arte e Cultura às nossas programações. Por tudo e por tanto, não me resta outra palavra a dizer, a não ser, gratidão”, avaliou Eduardo Pugliesi.



1º Congresso Internacional da EJud-6 foi muito prestigiado

FEEDBACK

Ouvidoria inova com atendimento virtual e amplia sua atuação



Melhorar o relacionamento da Justiça com a sociedade foi o compromisso da Ouvidoria no biênio 2021/2023

Com o objetivo de aprimorar os serviços prestados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região à sociedade, a Ouvidoria, avança a cada nova gestão.

O desembargador ouvidor, Fábio Farias, e a vice-ouvidora, desembargadora Dione Nunes Furtado, atuaram de maneira firme durante esses dois anos para garantir o espaço necessário para dúvidas, reclamações e sugestões da sociedade sobre o serviço prestado pelo TRT-6.

BALCÃO VIRTUAL

Implementado em março de 2021, o Balcão Virtual é uma ferramenta que permite o teleatendimento en-

tre as partes envolvidas em processos trabalhistas e o Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Instituído como resposta à pandemia de Covid-19, a nova plataforma se consolidou como uma resposta rápida do TRT-6 sobre processos trabalhistas em momento atípico.

OUVIDORIAS PRESENTES

O projeto Ouvidorias Presentes teve início em setembro de 2021, com o objetivo de promover a interiorização e a ampliação da atuação da ouvidoria no Estado de Pernambuco. A atividade foi promovida pelas ouvidorias do TRT-6, da Ordem dos Advogados do Brasil - PE (OAB/PE), do Ministério

Público do Trabalho da 6ª Região (MPT-PRT6ª) e da Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP). Olinda, Belo Jardim, Caruaru, Paulista e Petrolina já foram visitadas, garantindo, assim, o aperfeiçoamento do atendimento ao público das instituições envolvidas.

COLEOUV

Nos dias 21, 22 e 23 de dezembro o TRT-6 recebeu a 32ª reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv). O encontro teve como objetivo debater práticas adotadas nas ouvidorias da Justiça do Trabalho e reforçar sua relevância nos estados brasileiros. Participaram do evento o presidente do Coleouv, o desembargador do TRT-11 David Alves de Mello Júnior; a ministra ouvidora do TST e do CSJT, Maria Helena Mallmann; desembargadores dos demais Regionais do Trabalho e representantes das Ouvidorias da Justiça do Trabalho; da Justiça Federal, do TJPE e do Governo de Pernambuco. O Coleouv tem como primazia o fortalecimento da relação entre a sociedade e os órgãos de justiça e estimular a participação social no melhoramento dos serviços públicos.

SEGURANÇA

Padrão de qualidade da Polícia Judicial na segurança institucional



Agentes da Polícia Judicial: equipe qualificada para manter a segurança no TRT-6

O planejamento, execução e controle da segurança no TRT-6 são atribuições da Secretaria de Polícia Judicial (SPJ). Entre as responsabilidades estão monitorar o acesso às dependências do Tribunal, operar o sistema de vigilância e realizar o policiamento preventivo e ostensivo, visando manter a integridade física de magistrados, servidores e usuários da Justiça Trabalhista, além de preservar o patrimônio da instituição.

No biênio 2021-2023, o Regional investiu muito em estrutura, equipamentos e capacitação para os agentes, ampliou a parceria com instituições ligadas à segurança pública no estado e instituiu a Política de Segurança do TRT-6. No período, a Polícia Judicial escoltou autoridades

nacionais em passagens pelo Recife, realizou campanhas internas voltadas à proteção pessoal e inaugurou um centro de treinamento.

Nesses dois últimos anos, agentes participaram de capacitações externas, como do “Curso de Formação Funcional”, na Academia da Polícia Federal, e do “Curso de Proteção de Autoridades”, ministrado pelo Batalhão de Polícia do Exército. Além disso, alguns servidores foram convidados para a apresentação dos novos armamentos disponíveis no mercado, em evento da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

A Polícia Judicial marcou presença em eventos institucionais, como

na Reunião do Conematra, no Seminário sobre Tráfico de Pessoas e no Congresso Internacional da Escola Judicial. Os agentes também prestaram apoio aos oficiais de Justiça da Vara de Carpina para cumprimento de uma reintegração de posse e atuaram no Fórum de Ipojuca, em audiência envolvendo um sindicato que prometia realização de protesto no local.

CULTURA DE SEGURANÇA

Em 2022, o foco da SPJ foi a disseminação de uma cultura de segurança, que consistiu em sensibilizar magistrados, servidores e colaboradores quanto aos procedimentos adotados para preservar a integridade de pessoas e bens patrimoniais. Entre as ações, a divulgação do boletim “Dicas de Segurança Urbana”, enviado pelo e-mail institucional, com informações úteis de autoproteção e alertas de comportamento em áreas públicas.

Outra iniciativa, com apoio da Coordenadoria de Comunicação Social, foi a campanha para reforçar o uso do crachá de identificação fun-

cional nas dependências do órgão. E para monitorar melhor a circulação de pessoas no TRT-6, a Polícia Judicial adotou um maior controle do acesso ao prédio-sede. Assim, o fluxo do público externo passou a ser pela entrada frontal do edifício, com realização de cadastro, distribuição do crachá de visitante e passagem pelo detector de metais.

A Secretaria também efetivou o Plantão 24 Horas, voltado à proteção de magistrados e seus familiares em circunstâncias de risco, com monitoramento remoto e rondas presenciais nos prédios do Tribunal. Além disso, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, servidores da SPJ ministraram a palestra “Autoproteção Urbana”, na sala do Pleno, falando sobre como identificar atitudes suspeitas e se precaver frente a essas situações.

MEGACAPACITAÇÃO

Com o objetivo de aprimorar as atividades de segurança interna, o TRT-6 realizou o “Curso de Formação para Agentes da Polícia Judicial”, com quase 200 horas-aula. A capacitação, idealizada pelo Comitê de Segurança Permanente, foi proposta considerando a mudança de perfil dos servidores da área, que passaram a ser denominados “agentes de Polícia Judicial”, conforme determinação de resoluções do CNJ e do CSJT.

Iniciado em agosto de 2021 e concluído em junho de 2022, o

treinamento formou agentes do Regional, além de servidores de outras instituições, qualificando os participantes em aulas teóricas e práticas. Dividido em oito módulos, o curso abordou, por exemplo, temas como “Formação da Polícia Judicial”, “Básico de Inteligência”, “Atendimento Pré-Hospitalar”, “Básico Operacional” e “Armas e Técnicas de Tiro”.

Na ocasião do encerramento, foi realizada uma missão real, onde os alunos puderam colocar em prática técnicas e procedimentos aprendidos durante os meses de capacitação. Instituições parceiras, como a Agência Brasileira de Inteligência, o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Pernambuco e a Coordenação de Operações e Recursos Especiais da Polícia Civil, contribuíram com a formação, disponibilizando locações, fornecendo equipamentos ou cedendo instrutores.

CENTRO DE TREINAMENTO

Em setembro de 2022, na sede do TRT-6, foi inaugurado o Centro de Treinamento da Polícia Judicial, espaço adaptado para capacitação dos agentes. O local conta com sala para aulas expositivas, estrutura para instruções teóricas e salão de treinamento físico. As primeiras aulas na nova instalação foram sobre defesa pessoal para mulheres

e contaram com a participação do presidente do Tribunal, desembargadora Maria Clara Saboya, além de algumas servidoras de gabinetes.

Para o diretor da SPJ, Rodrigo Hazin, a regulamentação da Polícia Judicial trouxe maior legitimidade à atividade de segurança institucional, acarretando novas responsabilidades e demandando ainda mais qualificação. “Hoje, temos mais agentes preparados para realização do trabalho preventivo e reativo, se necessário. Além disso, com as rondas nos prédios do Tribunal localizados na Região Metropolitana, zeramos o número de ocorrências relacionadas à segurança nessas unidades”, ressaltou.

A Secretaria de Polícia Judicial é a unidade de apoio executivo ao Comitê de Segurança Permanente do TRT-6, instituído em 2015, e que, dentre outras finalidades, tem a incumbência de fiscalizar os serviços de segurança institucional. Para o presidente do colegiado, desembargador Paulo Alcantara, que iniciou sua carreira no Regional como agente de segurança, nunca se investiu tanto na área. “Procuramos qualificar nossa equipe para novas atribuições, buscamos parcerias com forças policiais e inauguramos o Centro de Treinamento e Operações, tudo para dar uma melhor qualificação aos agentes e assegurar maior tranquilidade para magistrados, servidores e público em geral”, comentou o magistrado.

GESTÃO DE PESSOAS

Programa de Aprendizagem amplia vagas e inclui jovens com síndrome de down



Karla e Carlos são jovens com síndrome de Down que ingressaram em 2022 no Programa de Aprendizagem do TRT-6

Muitas ferramentas, instrumentos e recursos são utilizados para tornar o serviço público cada vez mais eficaz. Mas um deles é fundamental para que a sociedade seja atendida de modo mais humanizado e pessoal: os servidores.

No biênio 2021/2023, houve a preocupação da Secretaria de Gestão de Pessoas em fortalecer o quadro de profissionais para uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente. Do concurso público realizado em 2018, mais de 100 novos candidatos já foram nomeados e quase 70% de-

les tomaram posse a partir de 2021. Os cargos em que houve mais chamadas ao serviço foram o de analista Judiciário - Área Judiciária, com 28 nomeações, e o de técnico judiciário - área administrativa, com 64, até dezembro de 2022.

Além da nomeação, foi importante ainda a suspensão do prazo de vencimento daquele concurso durante o período de pandemia. Isso deu mais tempo para as convocações e ainda adiou os custos de realização de uma nova disputa de vagas.

Em acréscimo à ampliação do quadro de servidores para melhor servir à população, o TRT-6 também deu a oportunidade de jovens e adolescentes se prepararem para o mercado de trabalho. O Programa de Aprendizagem começou em 2018 com apenas duas pessoas participando. Na gestão do biênio 2021/2023 chegou a ter 18 aprendizes atuando e aprendendo com a rotina de trabalho do Regional.

Karla Daniely da Silva, de 34 anos, e Carlos Ney Granja Vasconcelos Filho, de 32, fizeram parte desse grupo. Ambos têm Síndrome de Down e passaram a integrar o Programa na véspera do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/9) de 2022, abrindo as portas para que mais pessoas com deficiência intelectual pudessem ter a oportunidade de aprendizado e iniciação na carreira profissional.

O Programa de Aprendizagem do TRT-6 é desenvolvido em parceria com a Escola Dom Bosco e consiste em atividades formativas e experiência prática em setores do órgão, com um estágio remunerado de até dois anos, desenvolvendo atividades de assistência administrativa.

MEMÓRIA

Memorial preserva história da Justiça do Trabalho de Pernambuco



Novas instalações físicas e equipe renovada ajudaram a ampliar ações e iniciar projetos como o “Lugares da Justiça do Trabalho”

Unidade responsável pela preservação, valorização e difusão da história da Justiça do Trabalho pernambucana, a Seção de Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região vivenciou, no biênio 2021/2023, um período de mudanças, ampliou competências e abraçou novos desafios. O primeiro deles foi passar a funcionar em novas instalações físicas, no final de 2021. O Memorial foi transferido de Boa Viagem, vindo a ocupar um andar inteiro, no prédio que também abriga a Escola Judicial do

TRT-6, na rua Quarenta e Oito, no bairro do Espinheiro.

O local conta com acessibilidade, auditório, laboratório de informática e salas de aula, compartilhadas pelas duas unidades. A mudança também proporcionou a inauguração da exposição “Lugares da Memória Trabalhista: 80 Anos de Justiça Social”, uma linha do tempo que conta a história de oito décadas do Judiciário Trabalhista em Pernambuco. Com processos, imagens e informações diversas, a exposição foi in-

corporada ao acervo permanente do Memorial.

Outra importante conquista foi a criação do programa de gestão documental e da memória do TRT-6, cuja missão é guardar, organizar e disponibilizar a documentação arquivada para consulta, tornando-a acessível ao público em geral. Em atenção à Resolução CNJ 324/2020 e fundamentando-se na necessidade de aprimorar normas e procedimentos relacionados à gestão da memória, em 30 de agosto de 2021, foi elaborada e publicada a Resolução Administrativa 10/21, instituindo o Programa de Gestão Documental e Gestão da Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – normativo que também criou a Comissão de Gestão da Memória do TRT-6.

VISITAS GUIADAS

Com o gradual retorno às atividades presenciais, após a pandemia de Covid-19, o Memorial voltou a ser um importante espaço de visitação para alunos das redes pública e privada de educação do Recife. Inserido na programação nacional, o Memorial participou

da Semana Nacional dos Museus, Semana Nacional de Arquivos e Primavera dos Museus. Nesses encontros, os alunos conhecem o espaço do arquivo histórico e do museu do Tribunal.

As visitas são iniciadas no ambiente de guarda permanente do acervo, ocasião na qual os visitantes conhecem as atividades de preservação e de conservação da documentação histórica, tais como a higienização mecânica dos processos, a retirada de objetos estranhos à obra (materiais metálicos) e o acondicionamento correto em papel com pH neutro. Em seguida, as turmas percorrem a exposição permanente “Lugares da Memória Trabalhista: 80 Anos de Justiça Social.”

Na exposição, os visitantes podem apreciar um painel com o fio condutor da linha do tempo, além de terem disponível, digitalmente, o conteúdo por meio de QR code. Também têm contato com peças museológicas expostas, como mobiliários, equipamentos, fotografias e processos trabalhistas históricos. “A iniciativa faz parte de uma série de ações do Memorial junto às universidades, convidando turmas de diferentes cursos para conhecer as ações de preservação e difusão da história do nosso Regional”, afirmou o chefe da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do TRT-6, Ricardo Rezende.

LUGARES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Iniciado em 2021, o “Lugares da Justiça do Trabalho em Pernambuco”, originalmente criado para celebrar os 80 anos do Judiciário trabalhista, transformou-se em novo projeto que ajuda a construir a História do Tribunal ao longo de mais de oito décadas. A iniciativa foi proposta pelo juiz auxiliar da Corregedoria e membro da Comissão Permanente de Gestão e Avaliação Documental, Eduardo Câmara.



A partir da pesquisa histórica, bibliográfica e iconográfica, busca-se entender o processo de instalação e expansão da Justiça do Trabalho em Pernambuco, desde a década de 1940 até os dias atuais



**RICARDO REZENDE,
GESTOR DO MEMORIAL**

Operacionalizado pelo Memorial, com apoio da Coordenadoria de Planejamento Físico, foram afixadas placas informativas nos fóruns, contando a história das varas nos municípios em que estão instaladas. As informações também podem ser acessadas por meio digital, através de QR code disponibilizado no suporte físico.

Todos os fóruns Trabalhistas de Pernambuco já receberam as placas, instaladas em locais de grande circulação. “A partir da pesquisa histórica, bibliográfica e iconográfica, busca-se entender o processo de instalação e expansão da Justiça do Trabalho em Pernambuco, desde a década de 1940 até os dias atuais”, destaca Ricardo Rezende.

ARQUIVO HISTÓRICO DIGITAL (ATOM)

Com a versão implantada em 2022, o Memorial disponibilizou uma nova plataforma digital que facilita a pesquisa pública do acervo permanente do TRT-6. Seu objetivo é servir como instrumento de pesquisa on-line, acessível por meio do Portal da instituição. Seguindo a orientação do Programa de Arranjo e Descrição Arquivística de Processos Históricos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau, do CSJT, a ferramenta contém informações gerais sobre as entidades participantes, sobre o fundo arquivístico e dados mais específicos sobre séries, processos e itens documentais.

Nessa plataforma, já estão disponíveis para consulta mais de 300 dissídios coletivos, referentes ao período de 1974 a 1989, e mais 140 dissídios individuais das 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife, abrangendo o período de 1951 a 1953.

TRABALHO SEGURO

10 anos promovendo a saúde e a segurança do trabalhador



No biênio 2021-2023, o TRT-6 realizou ações específicas voltadas para garantir melhores condições laborais aos trabalhadores pernambucanos

Segundo o SmartLab, em 2021, o Brasil registrou 572 mil acidentes laborais, com 2,5 mil óbitos. Em Pernambuco, foram 11 mil casos, com 50 mortes. Engajado para reduzir esses números, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, por meio do Programa Trabalho Seguro, busca divulgar, conscientizar e estimular os cuidados com a saúde e segurança no ambiente laboral.

Devido à pandemia, as plataformas digitais foram bastante utilizadas em 2021, para dar maior visibilidade às ações. Assim, através do Grupo Interinstitucional de Prevenção a Acidentes do Trabalho (Getrin6), foram promovidos vários eventos on-line, como o lançamento do e-book “Recortes da Pandemia da

Covid-19 na Região Nordeste” e o “VIII Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro”.

Em 2022, a iniciativa nacional completou dez anos de atividade. No âmbito do TRT-6, o Programa foi coordenado, no biênio, pelo desembargador Fábio Farias e pelo juiz Leandro Fernandez. Mas, ao longo da década, também foram gestores regionais os desembargadores Valéria Gondim, Dinah Figueirêdo, Paulo Alcantara e Milton Gouveia, e as juízas Patrícia Brandão, Andrea Keust e Ana Freitas.

Durante o Abril Verde, mês dedicado à segurança no trabalho, o Getrin6 promoveu blitz educativas com entregadores por aplicativo,

nos Shoppings Plaza e Recife. Na ocasião, foram distribuídos equipamentos de proteção individual e material educativo. O Grupo ainda organizou, em 2022, a “Oficina de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio no Trabalho” e o “Seminário Luso-Brasileiro Setembro Amarelo”. E, encerrando as atividades do biênio, foi realizado o IX Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro, no auditório da Faculdade Fafire.

Segundo o desembargador Fábio Farias, graças ao intenso trabalho realizado pelos parceiros e ao constante apoio da Administração do Tribunal, o Getrin6 alcançou seus objetivos no biênio. “É oportuno destacar que nós mantivemos a chama acesa e mesmo diante dos empecilhos fizemos pelo menos um evento mensal, a exemplo dos congressos, que coraram a atuação do Grupo.”

Durante a transmissão das ações on-line e presenciais do Grupo, integrantes do Clube dos Girassóis, composto por jovens com síndrome de Down, fizeram a interpretação das palestras em Libras. Além disso, no início das explanações, os palestrantes fizeram autodescrição, como forma de inclusão aos participantes com limitação visual.

TRABALHO INFANTIL

Justiça do Trabalho engajada na luta pela erradicação do trabalho infantil



No biênio, o TRT-6 firmou parcerias para combater o trabalho precoce, enfrentar o tráfico de crianças e estimular a aprendizagem no estado

O trabalho precoce traz graves consequências à criança, afetando aspectos físicos, psicológicos e educacionais, contribuindo para a perpetuação da pobreza. Segundo dados do IBGE, o Brasil tem, atualmente, cerca de 1,8 milhão de jovens, com idade entre 5 e 17 anos, em situação de trabalho infantil. Em Pernambuco, são quase 65 mil crianças e adolescentes nessa condição.

Para tentar mudar essa realidade, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT-6 promove audiências públicas, exposições itinerantes, palestras, estudos e debates sobre o tema. No biênio 2021-2023, as iniciativas foram coordenadas re-

gionalmente pelos magistrados do Tribunal desembargador Paulo Alcantara e juíza Andrea Keust.

Durante 2021, devido à pandemia, foram realizados eventos virtuais para dar mais visibilidade ao Programa, a exemplo das lives “Educação e Aprendizagem” e “Gestão das emoções junto a crianças e adolescentes em tempos de pandemia”. E para celebrar o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (12 de junho), os gestores promoveram a palestra on-line “Trabalho infantil e (in)visibilidade social”.

Em 2022, com a volta das atividades presenciais, o Programa retomou o projeto Casa Aberta, recebendo

cerca de 40 crianças do Bope Social e 50 alunos do Colégio Madre de Deus. Na ocasião, os jovens conheceram a presidente do TRT-6, desembargadora Maria Clara Saboya, assistiram a filmes temáticos na sala do Pleno e receberam materiais educativos.

Na cidade de Arcoverde, sertão do estado, em agosto, os gestores regionais realizaram uma audiência pública na Câmara de Vereadores e montaram a exposição “Um Mundo sem Trabalho Infantil”, que ficou em exibição no Sesc local. Aproveitando a estada na cidade, os gestores visitaram instituições de ensino, distribuíram cartilhas nas feiras livres e se encontraram com profissionais da área de saúde do município.

O desembargador Paulo Alcantara considera que o Programa alcançou

bons resultados no biênio. “A exposição em Arcoverde, por exemplo, corou o trabalho que realizamos, encerrando nossa participação como gestores regionais. Agradeço à atuante participação da juíza Andrea Keust e ao apoio que foi dado pela Presidência do TRT-6 no período.”

A juíza Andrea Keust avalia como positivo o trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, apesar das restrições impostas pela pandemia. “Ações como a audiência pública e as visitas ao Regional servem para aproximar ainda mais a Justiça da sociedade. Temos muito a fazer, mas as sementes já foram plantadas e, com certeza, darão bons frutos.” Ainda em 2022, o Programa formalizou apoio institucional ao projeto Cica Cidadania do TJPE, responsável por amparar jovens que cumprem medidas socioeducativas, e se articulou com a Associação Municipalista

de Pernambuco, para atuar na erradicação do trabalho infantil no estado. Também foram firmadas parcerias com o TCE e com o MPT-PE para implantação do projeto de aprendizagem nessas instituições.

APRENDIZAGEM NO TRT-6

A aprendizagem possibilita aos adolescentes a oportunidade de inclusão social e o desenvolvimento de competências voltadas ao primeiro emprego. No Regional, por exemplo, o projeto de formação técnico-profissional teve início em 2018, com apenas dois aprendizes, mas no biênio 2021-2023 já contava com 18 jovens, dois deles com Síndrome de Down, contratados em 2022.

Durante os 16 meses de vínculo com o Tribunal, os estudantes do

curso de Auxiliar Administrativo, na Escola Dom Bosco, conseguem aplicar na prática o que aprendem em sala de aula. A chefe do Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal, unidade responsável pelo projeto no TRT-6, Andréa Leite, comentou como é gratificante coordenar os jovens. “Diante da experiência vivida com eles, o retorno é um verdadeiro aprendizado.”

TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em abril de 2022, o desembargador Paulo Alcantara, que também é membro do Comitê Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, participou da assinatura do protocolo para o combate à exploração sexual de jovens pernambucanos. O documento foi firmado entre a ONG Freedom Fund e o Governo



TRT-6 realizou seminário internacional para debater a exploração infantil

do Estado, pois Pernambuco apresenta os maiores índices nesse crime no país.

Na ocasião, o magistrado convidou os representantes da organização norte-americana a visitarem o TRT-6, para conhecerem as ações do Programa de Combate ao Trabalho Infantil. Durante a visita, as autoridades presentes propuseram montar uma estratégia em conjunto para realizar ações de erradicação da exploração sexual de jovens no estado. Naquele momento, surgiu uma parceria que resultou na realização de três importantes eventos.

WORKSHOP

Com apoio do Departamento de Estado dos EUA, foi realizado em junho, na sede do TRT-6, a oficina “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Pernambuco”. O objetivo foi criar um grupo de trabalho para discutir a volta do Comitê Estadual de Combate ao Tráfico de Pessoas, que teve suas atividades suspensas em 2012.

SEMINÁRIO

Em novembro, na sede do Regional, ocorreu o “Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil e nos Estados Unidos”, reunindo especialistas da área. O evento contou com a participação de membros da Embaixada dos EUA e represen-



TRT-6 realizou seminário internacional para debater a exploração infantil

tantes de instituições locais. Também esteve presente Pureza Lopes, que deu início ao processo de libertação de mais de 60 mil trabalhadores escravizados no país.

O desembargador Paulo Alcântara tornou-se curador de fotos e notícias sobre a atuação de Pureza no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil e vem coordenando a restauração e digitalização do acervo. Em dezembro, o magistrado compareceu a dois eventos, em Brasília, alusivos ao tráfico de pessoas, e, na ocasião, teve a oportunidade de expor alguns desses materiais, já em formato de banners.

Segundo o desembargador, estruturar a rede de atores que reprime esse tipo de prática é fundamental para se obter bons resultados. “Toda forma de escravidão humana

deve ser enfrentada e foi com essa intenção que nos reunimos com a Freedom Fund e formamos um grupo de trabalho com mais de 15 instituições. Temos um difícil desafio ao enfrentar o tráfico de pessoas, que envolve adoção ilegal, trabalho em condições análogas à escravidão, tráfico de órgãos e exploração sexual. Juntem-se a nós nesse enfrentamento”, convocou o magistrado.

CURSO

“Combate ao Tráfico de Pessoas” foi o nome da capacitação organizada pelo Tribunal e pela Freedom Fund, que ocorreu em outubro, no Radisson Hotel, envolvendo entidades pernambucanas ligadas à causa. Durante o curso, foi possível construir diálogos sobre as diferentes políticas públicas de suporte e combate à violência no estado.

NOTAS RÁPIDAS

DIRETORIA-GERAL

A Diretoria-Geral planeja, coordena, orienta, direciona e supervisiona as principais atividades administrativas do TRT-6, seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência. São exemplos a contratação da empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica monitorada a distância em todas as unidades do TRT-6; a ampliação do Programa de Aprendizagem; a contratação de empresa de engenharia para instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica; e a aquisição de monitores, notebooks e impressoras, renovando o parque de informática do Tribunal.

A unidade também viabilizou as obras que contribuíram para solucionar novas demandas surgidas no biênio, como a inauguração da nova sede do Memorial da JT em Pernambuco – transferido em 2021 para o prédio que também abriga a Escola Judicial; e a inauguração de novos Cejuscs em Caruaru e Goiana. A troca de experiências e o intercâmbio de informações com outros Regionais também foi uma preocupação da gestão no biênio.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

A unidade tem como objetivo principal propor e conduzir a política de aquisição de bens e contratação de serviços, coordenar as atividades vinculadas à gestão do patrimônio do Tribunal. Na gestão, a SA reforçou aspectos de governança e priorizou contratações de relevante impacto. As iniciativas surtiram efeito já no primeiro ano de gestão, quando o Índice de Cumprimento do Plano Anual de Contratações (ICPAC) saltou de 60% em 2021 para 81% em 2022. Inicialmente, a meta definida pela Administração era de 65%.

Para otimizar os recursos orçamentários, a SA operacionalizou a devolução de três imóveis à União e de cinco outros prédios alugados aos seus respectivos proprietários. A medida reduziu significativamente os gastos com manutenção, segurança e locação imobiliária e permitindo a utilização desses valores em outras iniciativas do órgão.

Também houve investimento em sistemas de energia elétrica fotovoltaica e na manutenção predial dos imóveis em todo o estado também foi viabilizada.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Com atuação voltada para a gestão orçamentária, financeira, contábil e de folha de pagamento de pessoal, teve como ações de destaque a implantação do Sistema Folhaweб-JT e do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária (AJ/JT), bem como o início da remessa das informações relativas à Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações (EFD-Reinf).

O Folhaweб-JT pertence ao pacote Sigep-JT e foi desenvolvido para gerenciar a folha de pagamento de pessoal, o que permitiu uma maior padronização nos dados utilizados pelos Regionais. Já o AJ/JT é utilizado como meio exclusivo para cadastro, gerenciamento e pagamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes. O envio de informações da EFD-Reinf possibilitou o encaminhamento mensal à Receita Federal de dados referentes aos pagamentos realizados com incidência de contribuição previdenciária.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Comunicação estratégica alcançou o público em toda a sua pluralidade



O post de CLT mostrou um Tribunal humano e mais próximo da população

Aproximar cada vez mais a Justiça do Trabalho e a população. Esse foi o principal objetivo da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) do TRT-6 entre 2021 e 2023. Para alcançar as mais diversas parcelas da sociedade, ações inéditas foram implantadas, focando em novos canais, com uma linguagem simples, ao

mesmo tempo em que outros já existentes ganharam reforço. A unidade foi em busca do público onde ele estava. O importante foi fazer a informação chegar até ele.

A equipe também fez ampla cobertura de eventos e iniciativas da gestão do Tribunal. Para o diretor da EJud-6, desembargador Eduardo

Pugliesi, “a CCS foi uma parceira fundamental na divulgação das ações pedagógicas. Sempre presente nos nossos eventos e disponível para colaborar com todas as demandas a ela encaminhadas. Sem essa ajuda, com certeza, a Escola não teria alcançado a visibilidade que conquistou”.

REDES SOCIAIS

O time da CCS apostou em estratégias de comunicação para atingir o público e usou a internet para isso. O resultado foi melhor do que o esperado: saímos de 4,5 mil seguidores, em fevereiro de 2021, para mais de 10,5 mil dois anos depois. No dia a dia, postagens viralizaram e chegaram a milhares de visualizações.

Uma das produções mais emblemáticas foi o post da cadelinha CLT, que apareceu na sede do Regional e recebeu cuidados de magistrados e servidores. O alcance foi enorme - mais de 5 mil contas atingidas, 870 curtidas e 135 comentários - e possibilitou que o tutor de CLT a encontrasse depois de mais de um mês de procura pela cidade. De

maneira espontânea, o assunto foi pauta de veículos de imprensa nacionais, como Extra, O Globo e Uol.

Outro destaque foi a publicação que fez referência ao Big Brother Brasil e apresentou os participantes do reality da Justiça do Trabalho. Os cards simulavam um anúncio do programa de televisão e pegaram carona no sucesso do tema, explicando as atuações do ministro do TST, do desembargador, do juiz, do servidor, do advogado, do autor, do réu e da testemunha.

Para a coordenadora de Comunicação Social do TRT-6, Maria Eduarda Vaz, o retorno obtido mostra que o grande público tem, sim, interesse no mundo jurídico. “Se observarmos o perfil das publicações que tiveram maior alcance junto ao público, confirmamos que é preciso diversificar o tom e a forma como abordamos os assuntos”, comentou.

TRT6 EXPLICA

A primeira série de vídeos produzida pela CCS tem o objetivo de esclarecer, de forma didática e resumida, questões ligadas ao Direito do Trabalho. O material está disponível no canal do YouTube do TRT-6, com tradução em Libras, e tira as principais dúvidas do cidadão sobre, por exemplo, conciliação, andamen-

to processual, vocabulário jurídico, FGTS, assédio moral e licença maternidade e paternidade.

PODCAST TRABALHAR LEGAL

O TRT-6 também produz conteúdo de áudio e publica em plataformas de streaming, como o Spotify. Já foram abordados temas como acidentes de trabalho, Revolução 4.0, trabalho infantil e assédio moral e sexual. Os programas têm participações de desembargadores, juízes e membros da sociedade civil.

JUSTIÇA DO TRABALHO NUM MINUTO

O rádio continua a mostrar a sua força. E o TRT-6 também está lá. No ar há nove anos, a inserção diária na Rádio Jornal encontra um público vasto, que tem pouco ou nenhum acesso à internet, ou mantém o hábito de informar-se pelas ondas sonoras. As produções falam de serviços importantes da JT, sempre com participações de desembargadores, juízes e servidores.

CAMPANHAS

O público interno também foi prioridade para as ações da Comunicação. Foram idealizadas peças publicitárias para diversas

unidades, a exemplo do Núcleo de Saúde, do TRT6 Saúde, da Polícia Judicial e da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão. Um dos temas abordados foi a coleta seletiva do TRT-6, com a campanha “Você foi convocado para a seleção”, lançada durante a Copa do Mundo.

CALENDÁRIOS

Durante o biênio, a equipe da CCS produziu calendários de destaque. Em 2022, o tema foi a “Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, atendendo à 9ª Meta Nacional do Poder Judiciário Brasileiro. Já em 2023, um resgate histórico celebrou a importância do corpo funcional do TRT-6. Com o tema “TRT-6 ontem, hoje e sempre” foram recriadas fotos antigas de magistrados e servidores no desempenho de suas funções. O objetivo foi homenagear os integrantes do Regional e mostrar a modernização tecnológica pela qual passamos.



Aponte a câmera do celular e acesse as produções da CCS

ASSESSORIA JURÍDICA

Secretaria-Geral Judiciária foca na prestação jurisdicional do TRT-6



Unidade foi criada em 2022, para planejar e coordenar assuntos relacionados à atividade-fim do Tribunal

Em setembro de 2022, foi criada a Secretaria-Geral Judiciária, com o intuito de planejar e coordenar os serviços necessários à prestação jurisdicional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. A nova unidade passou a gerenciar as Secretarias do Pleno, das Seções Especializadas e das Turmas; a Assessoria Jurídica; o Núcleo de Precatórios e o de Gerenciamento de Precedentes; e a Seção de Gestão Negocial dos Sistemas do Pje-JT e e-Gestão.

A secretária da unidade, Anna Beatriz Carneiro Furtado Cabral, avalia que o fato de existir um setor específico para coordenar es-

sas atividades contribui para que o TRT-6 atinja os objetivos institucionais, dentre eles o de assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas e de garantir a duração razoável do processo. Além disso, otimiza processos internos e a gestão de recursos públicos, sejam eles financeiros, de pessoal ou tecnológicos.

A Secretaria foi fundamental no processo de interdição do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, minimizando os impactos para aqueles que trabalhavam no local e para quem advogava ou era parte em processos trabalhistas das varas do Recife.

Foram diversas reuniões até concluir pela instalação, no prédio-sede do Tribunal, de 12 salas de audiência, do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Recife e da Divisão de Pesquisa Patrimonial.

Outra atividade de destaque da Secretaria-Geral Judiciária foi a condução do cadastramento de usuários para utilizar o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper) - uma ferramenta digital que centraliza a busca de ativos e patrimônios em diversas bases de dados - e para o uso de outros sistemas que integram a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro.

A referida plataforma é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça que busca integrar as ferramentas eletrônicas do Judiciário brasileiro em um ambiente virtual unificado e colaborativo. Conforme a secretária Anna Beatriz Furtado, a centralização do gerenciamento dos sistemas judiciais é um dos projetos que vem sendo desenvolvido pela Secretaria.

Memorial
da Justiça do Trabalho
Pernambuco



Memorial

da Justiça do Trabalho
de Pernambuco



Museu e Arquivo Histórico do TRT6



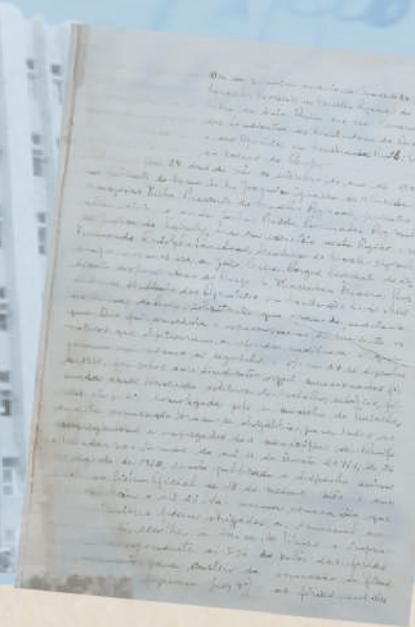
**PRESERVAÇÃO E
CONSERVAÇÃO**



**PESQUISA
DOCUMENTAL**



**EXPOSIÇÕES
E EVENTOS**



Agendamento e informações:

memorial@trt6.jus.br

www.trt6.jus.br

Tel: (81) 3225-1349/3225-3421/3225-3422

 **TRT-6ª REGIÃO**
Pernambuco



www.trt6.jus.br


[@trt6pe](https://www.instagram.com/trt6pe)